



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM – PE	
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026	
PROCESSO	Nº 004/2026
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PARA A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DESTINADOS AOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM, ABRANGENDO TANTO A DEMANDA ADMINISTRATIVA QUANTO A EXECUÇÃO DA COTA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR MUNICIPAL (CEAPM), CONFORME ESTIPULADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 3.475, DE 18 DE JANEIRO DE 2023, COM REDAÇÃO ATUALIZADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 3.774, DE 19 DE JANEIRO DE 2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
TIPO DE LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
MODO DE DISPUTA	ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO
ENVIO DAS PROPOSTAS A PARTIR DE	DATA: 20/04/2026 Plataforma Endereço: https://www.licitanet.com.br/
FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	DATA: 07/05/2026 HORÁRIO: 09h30min (Horário de Brasília)
ABERTURA DA SESSÃO	DATA: 07/05/2026 HORÁRIO: 10h00min (Horário de Brasília) Plataforma Local: https://www.licitanet.com.br/
MEIOS DE CONTATO	Fone/Fax (81) 3726-1991 e 3726-2614 cmbelojardim@yahoo.com.br Rua Amélia Soares Paes, s/n, bairro Centro, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.
FORMA DE ENTREGA	FORNECIMENTO PARCELADO / CONFORME DEMANDA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

1 - PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Amélia Soares Paes, s/n, bairro Centro, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 11.470.457/0001-86, através do seu Agente de Contratação - Pregoeiro e da Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 282/2025, de posse do competente termo de autorização para abertura de certame licitatório expedido pela autoridade competente, torna público que fará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**Empreitada por Preço Unitário**”, a ser julgada pelo critério de “**maior desconto**”, a qual será processada e julgada de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014, e nº 155/2016, do Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, das Resoluções da edilidade e das demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. Se por qualquer motivo não houver expediente na data designada abaixo, a reunião será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, independente de comunicação.

1.2. Em razão da inexistência de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPP, e que sejam sediados no local ou região do órgão licitante, deixa de estabelecer a cota reservada de concorrência prevista no artigo 48, inciso III, da LC nº 123/06, por não ser vantajoso à Administração Pública, o fazendo com espeque no artigo 49, incisos II e III, do mesmo diploma.

1.3. A licitação será dividida em itens e julgada pelo critério de maior desconto por item, conforme especificações, quantidades e detalhamentos incursos no Termo de Referência (Anexo I).

Data da sessão: 07/05/2026

Horário: 10h:00min

Local: <https://www.licitanet.com.br/>

2- OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a “**contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes destinados aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, abrangendo tanto a demanda administrativa quanto a execução da Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar Municipal (CEAPM), conforme estipulado pela Lei Municipal nº 3.475, de 18 de janeiro de 2023, com redação atualizada pela Lei**”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Municipal nº 3.774, de 19 de janeiro de 2026”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema LICITANET, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do Sistema LICITANET, observando os procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço <https://www.licitanet.com.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Considerando o contexto unificado na futura contratação, e ainda que segundo o §3º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites estabelecidos no artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o processo licitatório NÃO será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, desde que comprovem observar as normas elencados nos incisos e parágrafos do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021;

3.8.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, bem como de julgamento da fase de classificação.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta com o preço ou o percentual de desconto**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1 e subitens deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. não havendo neste certame item em que a participação seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. facultativamente, os lances poderão ser de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11.3. para o presente certame **NÃO será adotado valores e nem percentuais mínimos entre lances.**

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta com o preço ou o percentual de desconto**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A proposta comercial deverá apresentar a descrição completa de cada item objeto do certame, indicando marca (se houver), fabricante (se houver) e quantidade cotada.

5.1.2. Deve constar da proposta ainda a quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de litros e valor referencial estimado de cada item, conforme Termo de Referência.

5.2. O menor desconto na taxa de administração aceitável, ou seja, **a maior taxa de administração aceitável será de 1,00% (um por cento positiva)**, conforme estabelecido e apurado na pesquisa estimativa de taxa detalhada no Termo de Referência.

5.3. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor do lance do qual resultará a taxa de administração a ser calculada da seguinte forma:

I - Para a Demanda Administrativa:

$TX = (L - 47.489,33)$, onde:

L = o lance a ser informado pelo licitante no campo específico no sistema Licitanet;

TX = percentual referente à taxa de administração, com no máximo duas casas decimais.

Por Exemplo: Caso o licitante tenha interesse em oferecer uma taxa de administração igual a 0,12% **positiva**, o mesmo deve informar o valor do lance igual a 47.546,31.

$TX = (47.546,31 - 47.489,33) = 56,98 (0,12\%)$.

Por Exemplo: Caso o licitante tenha interesse em oferecer uma taxa de administração igual a 0,12% **negativa**, o mesmo deve informar o valor do lance igual a 47.432,35.

$TX = (47.432,35 - 47.489,33) = 56,98 (0,12\%)$.

II - Para a Demanda da CEAPM:

$TX = (L - 360.000,00)$, onde:

L = o lance a ser informado pelo licitante no campo específico no sistema Licitanet;

TX = percentual referente à taxa de administração, com no máximo duas casas decimais.

Por Exemplo: Caso o licitante tenha interesse em oferecer uma taxa de administração igual a 0,12% **positiva**, o mesmo deve informar o valor do lance igual a 360.432,00.

$TX = (360.432,00 - 360.000,00) = 432,00 (0,12\%)$.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Por Exemplo: Caso o licitante tenha interesse em oferecer uma taxa de administração igual a 0,12% **negativa**, o mesmo deve informar o valor do lance igual a 359.568,00.
TX = (359.568,00 - 360.000,00) = 432,00 (0,12%).

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item objeto da contratação.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. Na presente licitação, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte **PODERÃO** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, vez que os serviços **NÃO** serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.13. Caso o **critério de julgamento seja o de maior desconto**, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

5.15.1. Em todo caso, quando o serviço demandar o fornecimento de mão de obra deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item, observado o critério de julgamento detalhado exemplificado no item 5.3.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. No presente certame NÃO será estabelecido intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, qual seja, o modo ABERTO, porquanto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
PODER LEGISLATIVO
CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, que não é o caso do modo de disputa deste certame.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 08 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF [\(\(https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf\)\)](https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf)

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União [\(\(https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis\)\)](https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis).

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União [\(\(https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep\)\)](https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.1.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas;

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo eles:

8.1.1. Exigir-se-á para fins de habilitação jurídica:

8.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.1.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.1.1.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

8.1.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.1.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

8.1.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. Exigir-se-á para fins de regularidade fiscal e trabalhista:

8.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.1.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

8.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 e (Inciso incluído pela Lei 12.440 de 2011) www.tst.gov.br, acompanhado da CENIT, Certidão Negativa de Infração Trabalhista, e em conjunto com a certidão de ações trabalhistas de jurisdição do estado da sede da licitante;

8.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (CRF) e **Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante;

8.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.1.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. A mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.1.3. Exigir-se-á para fins de qualificação econômico-financeira:

8.1.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da licitante, ou de seu domicílio OU, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à abertura desta sessão. A **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial deve ser**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

emitida tanto para apuração dos processos físicos, como para os processos eletrônicos vinculados ao PJe, portanto, será necessária a apresentação de 02 (duas) certidões distintas, uma para processos físicos e outra para eletrônicos, sendo esta última apenas de 1º grau;

a) A certidão de processos vinculados ao PJe somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede da licitante ou de seu domicílio contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos;

b) Em caso de Certidão Positiva com efeito de negativa, referente a processos eletrônicos (PJe), é necessário que o documento mencione se a licitante já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;

8.1.3.2. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei (2023/2024), acompanhados dos Termos de Aberturas e Encerramentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. A comprovação da boa situação financeira da licitante será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado igual ou superior a 1,0 (um), nos índices abaixo indicados:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	> 1
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	> 1
LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	> 1

a) Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem.

b) As microempresas ou as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento. Nas licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte, que gozar do privilégio da Lei Complementar 123/2006, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício fiscal, na habilitação.

c) Caso a empresa não ostente índices com resultado igual ou superior a 1,0 (um), admitir-se-á a comprovação da capacidade econômica através da **demonstração de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente**, através de Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou de declaração assinada pelo contador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

responsável, com firma reconhecida, dando conta de certificar a possibilidade de cumprimento da eventual obrigação assumida mesmo diante dos compromissos assumidos pela licitante e que importem diminuição da sua capacidade operativa ou absorção de sua disponibilidade financeira.

d) Empresas recém-constituída, que apresentarem Balanço Patrimonial de abertura registrado há mais de 03 (três) meses, NÃO estão dispensadas de apresentar os índices de LG, SG e LC, como um dos requisitos de demonstração de sua capacidade econômica; e àquelas que apresentarem balanço patrimonial de abertura registrado há menos de 03 (três) meses, deverão comprovar a qualificação econômico-financeira através da demonstração de que o capital social mínimo integralizado e atualizado perante a Junta Comercial seja de, no mínimo, 10% do valor estimado da contratação.”

8.1.3.3. Para fins de comprovação dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

8.1.4. Exigir-se-á para fins de qualificação técnica:

8.1.4.1. Atestado(s) em nome da empresa proponente, como contratada principal, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante desempenhado atividade pertinente e compatível, em características e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à da presente licitação;

***Não serão considerados os atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, entendendo-se estas como aquelas que sejam controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que possua ao menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio desta. E também não serão admitidos atestados emitidos pelo próprio licitante em seu nome.**

8.1.4.2. A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo o atestado conter, preferencialmente, além do nome do atestante, seu CNPJ, endereço completo, telefone e afirmação de que a Empresa executou corretamente as atividades pertinentes, atendendo a todas as condições contratuais. Não será aceito o Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa licitante.

8.1.4.3. Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão conter assinatura digital, através de certificado digital.

8.1.4.4. Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público que não contenham assinatura digital, através de certificado digital, devem ser acompanhados de documentos que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

originaram tais atestados, tais como: Contrato de fornecimento, Nota de Empenho, e/ou Nota Fiscal, ou indicação expressa do link onde as informações podem ser acessadas.

8.1.4.5. Apresentação da rede de estabelecimentos credenciados pela licitante para Cartão Combustível, os quais devem cobrir a área territorial do município de Belo Jardim, contendo razão social, endereço e telefone de cada estabelecimento, sendo pelo menos 03 (três) postos credenciados.

8.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.2.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.3. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.4.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.4.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0.

8.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.9. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
PODER LEGISLATIVO
CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.belojardim.pe.leg.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

10.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Câmara Municipal de Belo Jardim ou ao Município de Belo Jardim, Pernambuco.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante a funcionalidade própria da plataforma LICITANET, ou, alternativamente, por intermédio do endereço eletrônico cmbelojardim@yahoo.com.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação / Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.belojardim.pe.leg.br/>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **Apenso I** - Documento de Formalização de Demanda;
- **Apenso II** - Estudo Técnico Preliminar;
- **Anexo I** - Termo de Referência;
- **Anexo II** - Minuta de Proposta Comercial;
- **Anexo III** - Minuta de Contrato;
- **Anexo IV** - Modelo de Declaração Unificada
- **Anexo V** - Carta de Credenciamento;
- **Anexo VI** - Modelo da declaração de cumprimento da habilitação;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- **Anexo VII** - Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- **Anexo VIII** - Declaração de que não emprega menores de 16 anos; e
- **Anexo IX** - Termo de opção pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006.
- **Anexo X** - Modelo de Declaração de Integralidade de Custo.

Belo Jardim (PE), 16 de abril de 2025.

MATHEUS CORDEIRO OLIVEIRA

Agente de Contratação | Pregoeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

APENSO I

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

Sector Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): Diretoria de Compras.	
Responsável pela Demanda: MARIA EDUARDA GOUVEIA NEPOMUCENA	Matrícula: 921
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração e gerenciamento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes destinados aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, abrangendo tanto a demanda administrativa quanto a execução da Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar Municipal (CEAPM), conforme estipulado pela Lei Municipal nº 3.475, de 18 de janeiro de 2023, com redação atualizada pela Lei Municipal nº 3.774, de 19 de janeiro de 2026.	
Detalhamento da Demanda Objeto Os serviços a serem executados incluem: 1. Fornecimento de Créditos: <ul style="list-style-type: none">Disponibilização de um sistema informatizado para administração e gerenciamento de créditos mensais para aquisição de combustíveis e lubrificantes, com um valor total estimado de R\$ 407.489,33 (quatrocentos e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos) anuais, para atendimento da demanda administrativa e da CEAPM.Emissão de cartões magnéticos personalizados para a aquisição de combustíveis e lubrificantes, identificados com a inscrição "Câmara Municipal de Belo Jardim" e o número de registro, para uso pelos veículos oficiais e pelos parlamentares. 2. Rede Credenciada: <ul style="list-style-type: none">Cobertura mínima da área territorial do Município de Belo Jardim, com pelo menos 3 postos credenciados.Possibilidade de credenciamento de novos estabelecimentos conforme a necessidade. 3. Segurança e Controle: <ul style="list-style-type: none">Sistema informatizado para controle efetivo sobre todas as transações, com bloqueio de transferências indevidas e emissão de relatórios detalhados.	



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- Monitoramento em tempo real das transações e bloqueio de créditos não utilizados no mês.

4. Implantação e Treinamento:

- Prazo de até 10 dias úteis para implantação do sistema e treinamento dos funcionários da contratante.

5. Suporte e Manutenção:

- Suporte técnico contínuo para resolver quaisquer problemas relacionados ao sistema de administração e gerenciamento de créditos.
- Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas utilizados.

6. Relatórios de Performance:

- Apresentação de relatórios mensais e trimestrais detalhados, incluindo quantidade de créditos utilizados, volume de combustíveis adquiridos, postos mais frequentados e qualquer anomalia detectada.

7. Detalhamento das demandas – CATSER 25372:

Demanda/ origem	Combustível/Lubrificante	Quantidade Total (Litros)	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Global Máximo (R\$)
Demanda Administrativa	Gasolina Comum	5.366,25	7,99	42.876,33
	Etanol Hidratado	700	6,59	4.613
TOTAL				47.489,33

Demanda/ origem	Combustível/Lubrificante	Valor da Cota (R\$)	Quantidade Vereadores	Meses	Valor Global Máximo (R\$)
Demanda CEAPM	Combustíveis/Lubrificantes	2.000,00	15	12	360.000,00

Tipo de Objeto:

- () Serviço não continuado / pronto pagamento
(x) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
() Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
() Material de consumo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

☐ Material permanente/equipamentos

Forma de Contratação Sugerida:

☒ Pregão Eletrônico

Para a hipótese de pregão, assinalar: sistema de registro de preços/ata de registro de preços:

☐ SIM ☒ NÃO

☐ Concorrência

☐ Dispensa de Licitação nas modalidades dos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

☐ Dispensa de Licitação para contratações de *pequeno valor*, com dispensa de formalização e instrumento contratual, para *entrega imediata* ou *serviço de pronto pagamento* (Art. 95, incisos e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021).

☐ Inexigibilidade.

☐ Adesão à Ata de Registro de Preços de outros Órgãos.

Item / Objeto Previsto no Plano de Contratação Anual - PAC 2026:

☒ SIM ☐ NÃO

Fonte de Recurso para Atendimento da Demanda

Saldo orçamentário originário de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), com saldo atual disponível de R\$ 194.950,29 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta reais, e vinte e nove centavos). O saldo orçamentário pode ser suplementado até a contratação pretendida.

Dotação

Unidade Gestora: **18002** – Câmara Municipal de Belo Jardim

Órgão orçamentário: **1000** – Câmara Municipal de Belo Jardim

Unidade orçamentária: **1003** – Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara

Função: **1** – Legislativo

Subfunção: **31** – Ação Legislativa

Programa: **1** – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO

Ação: **2.23** – Gestão Administrativa do Poder Legislativo

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Valor total estimado da contratação pelo requisitante/demandante:

Até R\$ 407.489,33 (quatrocentos e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos).

* A estimativa apurada levou em consideração os preços máximos admitidos de cada tipo de combustível no âmbito do Estado de Pernambuco, conforme registro do Levantamento de Preços



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

da ANP no período de 05/04/2026 a 11/04/2026, os quais por sua vez foram multiplicados pelo quantitativo da demanda de litros registrada nas contratações anteriores para atendimento da demanda administrativa, redundando no valor global de R\$ 47.489,33 (quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos) para 12 (doze) meses.

Lado outro, a demanda da CEAPM levou em consideração o universo de 15 (quinze) parlamentares e o valor unitário mensal deferido para cada um no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme Lei Municipal nº 3.774/2026, refletindo no valor mensal estimativo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e o valor global de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Cumpre registrar que sobre o valor global estimado ainda pode haver incremento ou redução do valor estimado, em razão da inclusão de percentual positivo ou negativo de taxa de administração.

Prazos

Data da aprovação do ETP pela autoridade competente: 14/04/2026

ETP Dispensado () SIM (X) NÃO

Data estimada para entrega do ETP/Termo de Referência para aprovação: 16/04/2026

Data estimada para assinatura do Contrato e/ou Ordem de Serviço/Fornecimento: 06/05/2026

Data estimada para disponibilização do bem/serviço: 06/05/2026 a 06/05/2027.

Critério de Sustentabilidade: (x) SIM () NÃO

Entre os critérios de sustentabilidade aferíveis, temos:

1. Combustíveis de Melhor Qualidade:

- Priorizar o uso de combustíveis de melhor qualidade, que resultem em menores emissões de poluentes e maior eficiência dos veículos.

2. Manutenção Preventiva:

- Implementar um programa rigoroso de manutenção preventiva dos veículos para assegurar que estejam operando com máxima eficiência e mínima emissão de poluentes.

3. Uso Racional de Combustíveis:

- Estabelecer diretrizes e treinamentos para os motoristas visando o uso racional e eficiente dos combustíveis, reduzindo o consumo desnecessário.

Critério de Acessibilidade: (X) SIM () NÃO

Entre os critérios de acessibilidade incidentes sobre os serviços, temos:

1. Sistemas Acessíveis:

- Garantir que os sistemas de administração e gerenciamento de créditos sejam acessíveis para



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

todos os funcionários, incluindo aqueles com deficiência.

2. Capacitação em Acessibilidade:

- Oferecer treinamento para a equipe responsável sobre boas práticas de acessibilidade digital, para garantir que todas as funcionalidades sejam utilizadas de forma inclusiva.

Grau de Prioridade: () Alta (X) Média () Baixa

Justificativa da necessidade da aquisição/contratação

Identificação da Necessidade:

Demanda Administrativa

A contratação de empresa especializada é essencial para garantir o abastecimento contínuo e eficiente dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim. Esta medida visa atender às demandas operacionais e administrativas, proporcionando eficiência na gestão de recursos, controle rigoroso de gastos e transparência no uso dos créditos de combustíveis.

Demanda da CEAPM

A contratação também é necessária para garantir a execução da Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar Municipal (CEAPM), conforme previsão constante da Lei Municipal nº 3.475/2023, atualizada pela Lei Municipal nº 3.774/2026, assegurando que os parlamentares tenham os recursos necessários para desempenhar suas funções, incluindo deslocamentos para visitas, reuniões, e atividades legislativas. O gerenciamento de créditos garante transparência, controle e conformidade com a legislação.

Identificação das soluções possíveis para atendimento da demanda:

Para atender à demanda de prestação de serviços descrita neste DFD, há outras soluções possíveis, sendo elas:

1. Adesão a Ata de Registro de Preços:

- A Câmara pode aproveitar uma ata de registro de preços já existente de outro órgão público para serviços similares de administração e gerenciamento de créditos para combustíveis e lubrificantes.

2. Contratação Direta de Fornecedores de Combustíveis:

- Contratação de fornecedores individuais de combustíveis sem a intermediação de um sistema de gerenciamento. Isso poderia envolver múltiplos contratos com diferentes fornecedores.

3. Desenvolvimento Interno de Sistema de Gerenciamento:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- Investimento no desenvolvimento de um sistema interno para administração e gerenciamento de créditos para combustíveis, incluindo a capacitação de pessoal para operar e manter o sistema.

4. Uso de Cartões Corporativos de Combustível:

- Utilização de cartões corporativos específicos para abastecimento, emitidos por bancos ou empresas especializadas, sem a necessidade de um sistema de gerenciamento integrado.

5. Parcerias com Outras Instituições:

- Estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas ou privadas que já possuem sistemas de gerenciamento de combustíveis, aproveitando a infraestrutura existente.

6. Outsourcing Completo:

- Terceirização completa dos serviços de administração e gerenciamento de créditos para combustíveis para uma empresa especializada, que forneça tanto a infraestrutura tecnológica quanto o suporte operacional.

Cada uma dessas opções oferece uma abordagem diferente para atender às necessidades de administração e gerenciamento de créditos para combustíveis da Câmara Municipal de Belo Jardim, considerando eficiência, custo-benefício e qualidade dos serviços. Neste contexto, para o momento, conclui-se que a melhor opção é a contratação de uma empresa especializada a ser prestada por meio de pregão eletrônico, garantindo maior controle, transparência e eficiência operacional.

Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada considerada a expectativa de consumo anual

A demanda de créditos para aquisição de combustíveis foi estimada com base nas necessidades operacionais/legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Belo Jardim, considerando a demanda anual estimada de R\$ 407.489,33 (quatrocentos e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), distribuídos em créditos mensais de R\$ 33.957,44.

Demanda inédita na Administração? () SIM (x) NÃO

Há registro de contratação anterior ocorrida nos exercícios financeiros anteriores, considerando que é uma prestação de serviços de natureza perene.

Responsáveis pela Demanda – setor requisitante/demandante

Titular: MARIA EDUARDA GOUVEIA NEPOMUCENA

Belo Jardim (PE), 13 de abril de 2026.

Maria Eduarda Gouveia Nepomucena

Diretora de Compras - Matrícula nº 921

RUA AMÉLIA SOARES PAES, S/N - BELO JARDIM - PE
FONE: (81) 3726 1991 / 2614 – E-MAIL: CMBELOJARDIM@YAHOO.COM.BR
CNPJ 11.470.457/0001-86 - CEP 55157-300



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

APENSO II

Estudo Técnico Preliminar (ETP) para Fornecimento de Combustíveis para Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco; e a execução da Lei Municipal nº 3.475/23, atualizada pela Lei Municipal nº 3.774/2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

SUMÁRIO

<u>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS</u>	35
<u>2. OBJETO</u>	35
<u>3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE</u>	35
<u>4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</u>	35
<u>5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</u>	36
<u>6. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO</u>	37
<u>7. LEVANTAMENTO DE MERCADO</u>	37
<u>8. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</u>	38
<u>9. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALOR DA CONTRATAÇÃO</u>	40
<u>10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO</u>	41
<u>11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES</u>	42
<u>12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO</u>	42
<u>13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO</u>	42
<u>14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS</u>	42
<u>15. CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E INDICADORES DE QUALIDADE</u>	43
<u>16. MATRIZ DE RISCOS</u>	43
<u>17. PLANO DE CONTINGÊNCIA E CONTINUIDADE</u>	45
<u>18. SUSTENTABILIDADE E IMPACTO AMBIENTAL</u>	48
<u>19. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</u>	49
<u>20. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO</u>	50
<u>21. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	51



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 003/2026

Data: 14/04/2026

Responsável: Helder Pereira Cavalcanti – Matrícula nº 1434

Área Requisitante: Setor Administrativo

2. OBJETO

Fornecimento de combustíveis e lubrificantes para veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco; e implementação e execução da Lei Municipal nº 3.475, de 18 de janeiro de 2023, com redação atualizada pela Lei Municipal nº 3.774/2026.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco, dispõe atualmente de dois veículos oficiais, de frota própria, que atendem as necessidades das atividades administrativas e operacionais da edilidade, todavia, o funcionamento depende da utilização de combustíveis (gasolina e/ou etanol), tido como elementares. Logo emerge a necessidade de contratação de fornecimento para esses itens, visando garantir a efetividade e continuidade do serviço público.

Ainda, diante dicção da Lei Municipal nº 3.475/2023, é ônus desta Casa Legislativa, prover cota financeira intrinsecamente ligada ao exercício das atividades Parlamentares (deslocamentos, visitas oficiais e etc.), que guardam sintonia com a necessidade elementar administrativa, qual seja, a contratação do fornecimento de combustíveis e lubrificantes.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Das necessidades postas, preliminarmente surge-nos duas possibilidades de contratações públicas, a primeira consubstanciada na contratação de empresa especializada em fornecimento direto dos bens necessários (Posto de Combustível), e a segunda opção seria a contratação de empresa para administração e gerenciamento de créditos para aquisição desses itens.

A primeira opção é tecnicamente possível, viável e econômica, considerando contratações similares já efetuadas pela edilidade em anos anteriores.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
PODER LEGISLATIVO
CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

A segunda possibilidade, também encampa o viés da viabilidade e economicidade, sobrepesado por experiências anteriores na administração pública local.

Todavia, a evolução tecnológica e a necessidade de implementação de ferramentas de transparência e controle social, balizam as necessidades de novas métricas voltadas a segurança das transações, gerenciamento em tempo real com a produção de relatórios e fiscalização por documentos auditáveis, imprimindo formas de controle imediato das ações voltadas as contratações públicas, que denotam a eficiência e efetividade no uso dos recursos públicos.

Logo, a segunda opção parece-nos a mais adequada, pois guarda simetria entre os paradigmas legais (respeito as disposições sobre contratações públicas) e as necessidades da Administração (garantir o funcionamento das atividades legislativas), sendo que a administração e gerenciamento de créditos garantirá o abastecimento contínuo e eficiente dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco, e o atendimento das atividades previstas pela Lei Municipal nº 3.475/2023.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento de Créditos: Disponibilização de créditos mensais para aquisição de combustíveis e lubrificantes, conforme estimado.

Rede Credenciada: A rede de estabelecimentos credenciados deve cobrir, no mínimo, a área territorial do Município de Belo Jardim, com pelo menos 03 (três) postos credenciados.

Segurança e Controle: Emissão de cartões personalizados contendo os dados do veículo e identificação do portador, com elemento de segurança (tarja magnética ou chip), bem como senha de uso individualizada; disponibilização de sistema informatizado para controle efetivo sobre todas as transações, com bloqueio de transferências indevidas e emissão de relatórios detalhados.

Implantação e Treinamento: Prazo de até 10 (dez) dias úteis para implantação do sistema e treinamento dos funcionários da contratante.

Qualificação Técnica: A empresa contratada deve apresentar atestados de capacidade técnica, comprovando experiência em serviços similares.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

6. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO

Eficiência Operacional: Centralização do gerenciamento de créditos e automatização das transações via plataforma digital.

Transparência e Controle: Monitoramento em tempo real e relatórios detalhados de consumo, com possibilidade de interrupção imediata em caso inconsistências.

Segurança: Bloqueio de transferências indevidas e controle sobre as transações com estabelecimentos credenciados.

Economia: Melhor negociação de preços e prevenção de desperdícios.

Sustentabilidade: Gestão otimizada dos recursos e conformidade com a legislação vigente.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os valores estimados para a demanda **administrativa** foram calculados com base no consumo histórico dos veículos oficiais e à disposição por locação ou comodato da Câmara Municipal de Belo Jardim, projetados da seguinte forma:

Ano	Consumo (Gasolina)	Consumo (Etanol Hidratado)	Processo Administrativo nº / Licitação nº
2021	2.099,07	0	Contratação Direta, base no art. 24, da Lei nº 8.666/93.
2022	5.600	560	Processo Adm. nº 003, Pregão nº 003.
2023	8.400	840	Processo Adm. nº 005, Pregão nº 003.
2024	5.366,35	700	Processo Adm. nº 025, Pregão nº 001.
2025	5.366,35	700	Termo Aditivo ao Contrato 023/2024, resultante do Processo Adm. nº 025, Pregão nº 001
MÉDIA	5.366,35	700	

Foram considerados os preços máximos admitidos de cada tipo de combustível no âmbito do Estado de Pernambuco, conforme registro do Levantamento de [Preços da ANP no](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
PODER LEGISLATIVO
CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

[período de 05/04/2026 a 11/04/2026](#) (link direto), os quais por sua vez foram multiplicados pelo registro da demanda em litros dos anos anteriores, redundando na demanda estimada global de R\$ 47.489,33 (quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos) para 12 (doze) meses.

Por sua vez, para implementação da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar Municipal – CEAPM, prevista na Lei Municipal nº 3.475/23, com redação atualização pela Lei Municipal nº 3.774/2026, fica prejudicado o levantamento de valores relacionados a litragem de combustíveis (pesquisa de mercado), considerando que o legislador fixou gasto mensal per capita (por vereador) limitado a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), estimando o global de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) para execução da CEAPM dos 15 (quinze) parlamentares pelo prazo de 12 (doze) meses).

8. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A estimativa dos custos da futura contratação foi elaborada com base na análise da taxa de administração incidente sobre o valor global das despesas, adotando-se como parâmetro contratações públicas efetivamente realizadas por outros entes da Administração Pública, com dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes metodológicas estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

A metodologia empregada privilegiou a utilização de dados empíricos oriundos de contratos administrativos vigentes ou recentemente celebrados, dotados de plena rastreabilidade e auditabilidade, assegurando a aderência ao princípio da realidade de mercado e ao dever de motivação qualificada do planejamento da contratação, conforme exigido pelo art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de preservação da comparabilidade metodológica e da coerência com o modelo adotado neste procedimento, foram consideradas, como parâmetro direto, exclusivamente contratações que adotaram **taxa de administração como critério de remuneração da contratada**, afastando-se, como parâmetro de formação da taxa, aquelas que se estruturaram em modelos híbridos, baseados na conjugação de taxa de administração zerada com concessão de descontos sobre o valor dos combustíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Registre-se, contudo, que tais contratações de modelo híbrido foram analisadas **como elementos auxiliares de compreensão do comportamento econômico do setor**, evidenciando a viabilidade de propostas com resultado econômico negativo, sem, contudo, interferir diretamente na formação da taxa de administração adotada neste Estudo Técnico Preliminar.

A partir da pesquisa realizada, foram identificadas as seguintes contratações com objeto idêntico ou substancialmente similar, todas com previsão expressa de taxa de administração:

ÓRGÃO / ENTIDADE	PROCESSO / MODALIDADE	CONTRATO	ANO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	LINK PNCP
Câmara Municipal de Belo Jardim/PE	Pregão Eletrônico nº 001/2024 – Proc. nº 025/2024	Contrato nº 023/2024	2024	-2,10%	Link direto
Prefeitura de Carpina/PE	Pregão Eletrônico nº 90004/2024 Processo nº 024/2024	Contrato nº 010/2024	2024	-3,00%	Link direto
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco – TRE/PE	Pregão n.º 90065/2024	Contrato nº 88/2024	2024/2025	-3,40%	Link direto

<https://pncp.gov.br/app/contratos/11470457000186/2024/23>

<https://pncp.gov.br/app/contratos/09822982000171/2024/24>

<https://pncp.gov.br/app/contratos/00509018000113/2024/5687>

Da análise dos dados coletados, verifica-se que o mercado vem operando, de forma consistente, com taxa de administração negativa, variando, na amostra considerada, entre



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

-2,10% e -3,40%, o que evidencia a existência de ambiente concorrencial apto a gerar propostas mais vantajosas à Administração.

A média aritmética das taxas identificadas corresponde a **-2,83% (menos dois vírgula oitenta e três por cento)**, o que reforça a conclusão de que a remuneração das empresas contratadas não se dá exclusivamente por meio da taxa incidente sobre o volume contratado, mas também por ganhos operacionais indiretos, tais como escala de operação, negociação com a rede credenciada e eficiência logística.

Não obstante o resultado empírico indicar média negativa, a Administração, no exercício do seu juízo discricionário, pautado nos princípios da competitividade, da isonomia, da razoabilidade e da busca da proposta mais vantajosa, opta por **fixar a taxa de administração máxima em 1% (um por cento)** para fins de início da disputa no certame.

Dessa forma, a taxa máxima estabelecida não constitui parâmetro fixo de contratação, mas tão somente limite inicial para formulação das propostas, cabendo ao procedimento licitatório, mediante competição efetiva, revelar a taxa de administração mais vantajosa para a Administração.

9. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado da contratação é de R\$ 411.564,22 (quatrocentos e onze mil quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) anuais, sendo segregado da seguinte forma:

Demanda/ origem	Combustível/Lubrificante	Quantidade Total (Litros)	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Global Máximo (R\$)
Demanda Administrativa	Gasolina Comum	5.366,25	7,99	42.876,33
	Etanol Hidratado	700	6,59	4.613,00
TOTAL				47.489,33
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA ADMITIDA (1%)				474,89
MÉDIA MENSAL DOS CRÉDITOS (ESTIMADO)				3.997,01
TOTAL DOS CRÉDITOS				47.964,22

Demanda/ origem	Combustível/Lubrificante	Valor da Cota (R\$)	Quantidade Vereadores	Meses	Valor Global Máximo (R\$)
Demanda CEAPM	Combustíveis/Lubrificantes	2.000,00	15	12	360.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA ADMITIDA (1%)	3.600,00
MÉDIA MENSAL DOS CRÉDITOS (ESTIMADO)	30.300,00
TOTAL DOS CRÉDITOS	363.600,00

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação dos serviços de administração e gerenciamento de fornecimento de créditos para aquisição de combustíveis e lubrificantes será realizada em um único lote, abrangendo todos os itens necessários para a execução completa dos serviços. A justificativa para não parcelar o objeto baseia-se nos seguintes pontos:

I - A natureza contínua e integrada dos serviços exige uma administração centralizada para garantir a eficiência e a consistência das operações. Parcelar a contratação poderia resultar em dificuldades na coordenação e no controle das diferentes partes envolvidas. Além disso, a contratação em um único lote permite obter melhores condições comerciais e negociações mais vantajosas com o fornecedor, resultando em economia de escala, incluindo taxas de administração mais baixas e possíveis descontos devido ao volume total contratado.

II - A gestão de um único contrato facilita o acompanhamento, fiscalização e execução dos serviços. Ter múltiplos contratos poderia complicar a administração, aumentar a carga de trabalho e os custos administrativos, além de dificultar a garantia de qualidade uniforme dos serviços prestados.

III - A implementação de um sistema integrado de gerenciamento de créditos requer uma abordagem unificada. Dividir o objeto poderia atrasar a implantação do sistema e o treinamento dos funcionários, comprometendo a eficiência inicial da operação.

IV - Com um único fornecedor responsável por todos os serviços, há maior clareza nas responsabilidades e melhor garantia de qualidade. O fornecedor é totalmente responsável pelo desempenho e pela resolução de quaisquer problemas que possam surgir, sem a necessidade de coordenar com múltiplas partes. A centralização dos serviços em um único contrato melhora o controle e a transparência das operações.

V - O monitoramento em tempo real e os relatórios detalhados de consumo são mais fáceis de gerenciar e auditar quando são fornecidos por um único prestador de serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
PODER LEGISLATIVO
CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Em resumo, o não parcelamento do objeto visa garantir a eficiência operacional, a economicidade, a simplificação da gestão contratual e a garantia de qualidade uniforme dos serviços prestados. Esses fatores são cruciais para o sucesso da contratação e para o atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Belo Jardim de forma eficaz e transparente.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes para esta solução específica.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação está alinhada com o Plano Anual de Contratações (PAC) da Câmara Municipal de Belo Jardim, e atende às necessidades operacionais e administrativas previstas para o período de um ano.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- Garantia de abastecimento contínuo dos veículos oficiais e correta execução da CEAPM.
- Maior controle e transparência nas transações.
- Redução de custos operacionais e administrativos.
- Melhor gestão dos recursos públicos e conformidade com a legislação vigente.
- Melhoria na qualidade do serviço: padronização dos serviços e maior disponibilidade de veículos em condições de trafegabilidade.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A empresa contratada deverá garantir que os postos credenciados estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes. Será incentivado o uso de combustíveis menos poluentes sempre que possível.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

15. CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E INDICADORES DE QUALIDADE

Para assegurar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada, é fundamental estabelecer critérios de desempenho e indicadores de qualidade claros e mensuráveis. Esses critérios e indicadores permitirão o monitoramento contínuo das atividades, a avaliação do cumprimento dos objetivos contratuais e a identificação de áreas que necessitem de melhorias.

A seguir, são apresentados os principais indicadores e relatórios de performance que serão utilizados para garantir a excelência dos serviços de administração e gerenciamento de créditos para combustíveis e lubrificantes.

Indicadores de Desempenho

- Índice de Atendimento: Percentual de transações aprovadas em relação ao total de tentativas de uso dos créditos.
- Índice de Satisfação: Avaliação periódica dos usuários sobre a qualidade dos serviços prestados pela contratada.
- Tempo de Resposta: Tempo médio para resolução de problemas técnicos e operacionais reportados pela contratante.

Relatórios de Performance

- Relatório Mensal: Incluindo quantidade de créditos utilizados, volume de combustíveis adquiridos, postos mais frequentados, e qualquer anomalia detectada.
- Relatório Trimestral: Análise detalhada do uso de créditos e combustíveis, identificando possíveis melhorias e ajustando o plano de consumo se necessário.

16. MATRIZ DE RISCOS

A matriz de riscos revela a potencialidades de eventos que possam afetar a execução do contrato, como interrupções no serviço, falhas ou desastres naturais, nesta perspectiva, cada parte deve assumir os riscos e responsabilidades conforme acordado, a seguir a matriz prospectada:

Risco	Indicadores	Probabilidade	Impacto	Responsabilidade	Mitigação
-------	-------------	---------------	---------	------------------	-----------



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Interrupção / Falta de Abastecimentos	Risco de descontinuidade do serviço; impacto em operações	Média	Alto	Empresa / Contratante	Contratação com previsão de múltiplos fornecedores credenciados na rede para diversificação do risco; Monitoramento contínuo dos níveis de abastecimento.
Fraude e Uso Indevido	Transações suspeitas; discrepâncias em relatórios	Baixo	Alto	Empresa / Contratante	Sistema informatizado com controle de transações e saldos; Auditorias periódicas; Treinamentos para uso correto dos cartões.
Aumento de Preços dos Combustíveis	Variação de preços de mercado; impacto no orçamento	Alta	Médio	Contratante	Cláusulas contratuais de reajuste; Relatório semanal de valores da rede de fornecedores para escolha da opção pelo mais barato dentro das limitações de localização; Negociação de preços fixos ou tetos máximos com fornecedores.
Problemas Técnicos no Sistema	Tempo de inatividade do sistema; relatórios de falhas	Médio	Alto	Empresa	Plano de contingência e continuidade; manutenção preventiva; suporte técnico 24h/7d.
Conformidade Ambiental	Relatórios de emissões; conformidade com normas ambientais	Baixo	Médio	Empresa / Contratante	Seleção de fornecedores com práticas sustentáveis; monitoramento e auditoria ambiental; uso de combustíveis menos poluentes quando possível.
Qualidade do Serviço	Índice de satisfação dos usuários; número de reclamações	Médio	Médio	Empresa / Contratante	Definição de KPIs claros; contratos com cláusulas de desempenho; avaliações periódicas de satisfação dos usuários.
Problemas na Implantação do Sistema	Atraso nos pagamentos	Baixa	Alto	Empresa / Contratante	Planejamento detalhado de implantação; treinamento adequado dos usuários; teste do sistema antes da implantação total.
Compliance e Auditoria	Conformidade com regulamentos; resultados de auditorias	Baixo	Alto	Contratante	Procedimentos de compliance rigorosos; auditorias internas e externas; relatórios de conformidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Impacto Orçamentário	Desvios no orçamento previsto; necessidade de suplementação	Médio	Médio	Contratante	Monitoramento contínuo dos gastos; ajustes no planejamento orçamentário conforme necessário; negociações de melhores condições com a rede de fornecedores.
----------------------	---	-------	-------	-------------	--

17. PLANO DE CONTINGÊNCIA E CONTINUIDADE

O Plano de Contingência e Continuidade visa assegurar que, em caso de interrupções, a prestação dos serviços de administração e gerenciamento de créditos para combustíveis e lubrificantes sejam mantidos ou rapidamente retomados, minimizando impactos operacionais, financeiros e ambientais.

17.1. Objetivos do Plano:

- Garantir a continuidade do fornecimento de créditos para combustíveis.
- Minimizar os impactos de interrupções no serviço.
- Estabelecer um processo de resposta eficaz em situações de emergência.
- Assegurar a conformidade com as exigências legais e contratuais.

17.2. Identificação de Cenários Críticos:

Os seguintes cenários críticos foram identificados e requerem planos específicos de resposta:

- Falha no Sistema de Gestão de Créditos: Interrupção do sistema informatizado utilizado para gerenciar os créditos de combustível.
- Falta de Abastecimento nos Postos: Inabilidade dos postos credenciados de fornecerem combustível devido a problemas logísticos ou financeiros.
- Flutuações Severas nos Preços dos Combustíveis: Alterações abruptas nos preços, comprometendo o orçamento previsto.
- Conformidade Ambiental: Não conformidade dos postos credenciados com as normas ambientais, resultando em suspensão de operações.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

17.3. Estratégias de Mitigação:

Cada cenário identificado possui uma estratégia de mitigação para evitar ou minimizar os riscos:

- **Falha no Sistema de Gestão de Créditos:**

- Ações Preventivas: Implementação de manutenção preventiva e backups diários do sistema.
- Ações Corretivas: Ativação de sistemas de backup e recuperação imediata de dados; suporte técnico 24/7.

- **Falta de Abastecimento nos Postos:**

- Ações Preventivas: Contratos com múltiplos fornecedores; monitoramento contínuo da disponibilidade de combustíveis.
- Ações Corretivas: Redirecionamento de veículos para postos alternativos previamente credenciados; ativação de fornecedores emergenciais.

- **Flutuações Severas nos Preços dos Combustíveis:**

- Ações Preventivas: Negociação de cláusulas contratuais de preços fixos ou tetos máximos; monitoramento semanal dos preços de mercado.
- Ações Corretivas: Revisão do orçamento e negociação emergencial com fornecedores; ativação de cláusulas de revisão de preços.

- **Conformidade Ambiental:**

- Ações Preventivas: Auditorias periódicas nos postos credenciados; exigência de certificação ambiental.
- Ações Corretivas: Suspensão imediata do uso de postos não conformes; seleção e contratação emergencial de novos fornecedores que atendam aos requisitos ambientais.

17.4. Plano de Resposta e Recuperação

Para cada cenário identificado, as seguintes ações devem ser implementadas:

- **Falha no Sistema de Gestão de Créditos:**

- Tempo de Resposta: Imediato (até 1 hora).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- Recursos Necessários: Equipe de TI dedicada, sistemas de backup em nuvem, redundância de servidores.

- Ação: Implementação do sistema de backup; notificação aos usuários sobre a transição temporária.

- **Falta de Abastecimento nos Postos:**

- Tempo de Resposta: Até 2 horas.

- Recursos Necessários: Lista de postos alternativos, veículos de comunicação interna.

- Ação: Notificação imediata aos motoristas e redirecionamento para postos alternativos.

- **Flutuações Severas nos Preços dos Combustíveis:**

- Tempo de Resposta: 24 horas.

- Recursos Necessários: Análise de mercado, equipe de negociação.

- Ação: Reunião emergencial para ajuste de orçamento e renegociação com fornecedores.

- **Conformidade Ambiental:**

- Tempo de Resposta: Até 24 horas.

- Recursos Necessários: Equipe de auditoria ambiental, contratos com fornecedores alternativos.

- Ação: Substituição dos postos não conformes e notificação aos órgãos reguladores, se necessário.

17.5. Comunicação de Crise:

Um plano de comunicação de crise deve ser estabelecido para garantir que todas as partes interessadas sejam informadas rapidamente em caso de interrupção. Este plano deve incluir:

- Canais de Comunicação: E-mail corporativo, mensagens SMS, sistema de alerta interno.
- Responsáveis pela Comunicação: Gestor de Contratos, equipe de TI, equipe de operações.
- Mensagens-Chave: Informações sobre o incidente, ações em andamento, tempo estimado para normalização.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

17.6. Testes e Simulações:

- Frequência: Semestral.
- Objetivo: Garantir que o plano seja viável e eficaz.
- Metodologia: Simulações de falhas de sistema e indisponibilidade de abastecimento.
- Avaliação: Revisão dos resultados dos testes e atualização do plano com base em lições aprendidas.

17.7. Atualização e Revisão do Plano:

O Plano de Contingência e Continuidade deve ser revisado e atualizado:

- Periodicidade: Anualmente ou após a ocorrência de incidentes.
- Responsabilidade: Equipe de gestão de riscos e continuidade de negócios.

18. SUSTENTABILIDADE E IMPACTO AMBIENTAL

A sustentabilidade e a responsabilidade ambiental são aspectos fundamentais na contratação de serviços públicos. É crucial que a empresa contratada adote práticas sustentáveis e minimize os impactos ambientais de suas operações.

Este tópico delinea as políticas de sustentabilidade exigidas, as medidas para redução de emissões e os programas ambientais que serão implementados para garantir que as operações de fornecimento de créditos para combustíveis e lubrificantes estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes e promovam a preservação do meio ambiente.

Políticas de Sustentabilidade

- Combustíveis de Melhor Qualidade: Priorizar o uso de combustíveis de melhor qualidade, que resultem em menores emissões de poluentes e maior eficiência dos veículos.
- Manutenção Preventiva: Implementar um programa rigoroso de manutenção preventiva dos veículos para assegurar que estejam operando com máxima eficiência e mínima emissão de poluentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- **Uso Racional de Combustíveis:** Estabelecer diretrizes e treinamentos para os motoristas visando o uso racional e eficiente dos combustíveis, reduzindo o consumo desnecessário.

Medidas de Redução de Emissões

- **Monitoramento de Emissões:** Realizar monitoramento regular das emissões dos veículos, assegurando que estejam dentro dos limites estabelecidos pelas normas ambientais.
- **Redução de Desperdícios:** Implementar práticas para evitar desperdícios de combustíveis, como evitar ociosidade prolongada dos motores e otimizar as rotas de transporte.

Programas Ambientais

- **Educação Ambiental:** Promover programas de educação ambiental para os funcionários, destacando a importância da sustentabilidade e as práticas que podem ser adotadas no dia a dia para minimizar o impacto ambiental.
- **Parcerias com Fornecedores Sustentáveis:** Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis, garantindo que toda a cadeia de fornecimento esteja comprometida com a redução dos impactos ambientais.
- **Relatórios Ambientais:** Exigir que a empresa contratada apresente relatórios periódicos sobre as práticas ambientais adotadas e os resultados obtidos, garantindo transparência e comprometimento com a sustentabilidade.

19. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A adoção de tecnologia e inovação é essencial para otimizar os serviços de administração e gerenciamento de créditos para combustíveis e lubrificantes. O uso de soluções tecnológicas avançadas pode melhorar a eficiência operacional, aumentar a transparência e proporcionar uma melhor experiência para os usuários. Este tópico aborda as principais inovações tecnológicas que serão implementadas, incluindo o desenvolvimento de aplicativos de gerenciamento, integração com sistemas existentes e estratégias para promover a melhoria contínua e a adaptação às tendências emergentes no setor.

Uso de Tecnologia Avançada

RUA AMÉLIA SOARES PAES, S/N - BELO JARDIM - PE
FONE: (81) 3726 1991 / 2614 – E-MAIL: CMBELOJARDIM@YAHOO.COM.BR
CNPJ 11.470.457/0001-86 - CEP 55157-300



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- App de Gerenciamento: Desenvolvimento de um aplicativo móvel para facilitar o gerenciamento de créditos pelos usuários.
- Integração com Sistemas Existentes: Garantir que o novo sistema se integre perfeitamente com outros sistemas de gerenciamento da Câmara Municipal.

20. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

A capacitação adequada dos funcionários da Câmara Municipal é essencial para garantir a utilização eficiente e eficaz do sistema de administração e gerenciamento de créditos para combustíveis e lubrificantes. Este tópico detalha as ações de treinamento que serão implementadas para assegurar que todos os usuários estejam preparados para operar o sistema e responder adequadamente a quaisquer desafios que possam surgir.

Programa de Treinamento

- Realizar um treinamento completo e intensivo para todos os funcionários envolvidos na utilização do sistema de gerenciamento de créditos. Este treinamento incluirá uma visão geral do sistema, suas funcionalidades e melhores práticas para o uso eficiente dos créditos.
- Instruir sobre procedimentos de segurança e controle, garantindo que os usuários saibam como proteger as informações e operar o sistema de maneira segura.
- Oferecer sessões de reciclagem e atualização periódicas para garantir que todos os usuários estejam sempre atualizados com as novas funcionalidades e melhorias do sistema.
- Disponibilizar recursos de aprendizagem contínua, como webinars, tutoriais online e workshops presenciais.

Suporte Técnico

- Estabelecer uma central de atendimento dedicada, disponível 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana, para fornecer suporte técnico aos usuários. Esta central deve estar preparada para resolver problemas técnicos, esclarecer dúvidas e fornecer orientações sobre o uso do sistema.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- Fornecer manuais de uso detalhados e FAQs (Perguntas Frequentes) que expliquem as principais funcionalidades do sistema, resolvam dúvidas comuns e orientem sobre a resolução de problemas.
- Atualizar regularmente a documentação para refletir as mudanças e melhorias no sistema.

21. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação é viável do ponto de vista técnico, econômico e ambiental. A solução proposta atende às necessidades da Câmara Municipal de Belo Jardim e está em conformidade com a legislação vigente.

O planejamento atende adequadamente às demandas da frota, os benefícios são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos. Assim sendo, submetemos o presente estudo à apreciação e deliberação.

Belo Jardim – PE, 14 de abril de 2026.

HELDER PEREIRA CAVALCANTI

Secretário Legislativo

Matrícula nº 1434



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Administrativa Requisitante: Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco. Departamento Administrativo.

Responsável pela elaboração:
HELDER PEREIRA CAVALCANTI
Matrícula nº 1434

I – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O presente Termo de Referência visa a contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes destinados aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, abrangendo tanto a demanda administrativa quanto a execução da Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar Municipal (CEAPM), conforme estipulado pela Lei Municipal nº 3.475, de 18 de janeiro de 2023, atualizada pela Lei Municipal nº 3.774/2026, e as especificações constantes neste Termo de Referência.

A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte demanda estimada:

Demanda/ origem	Combustível/Lubrificante	Quantidade Total (Litros)	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Global Máximo (R\$)
Demanda Administrativa	Gasolina Comum	5.366,25	7,99	42.876,33
	Etanol Hidratado	700	6,59	4.613
TOTAL				47.489,33
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA ADMITIDA (1%)				474,89
MÉDIA MENSAL DOS CRÉDITOS (ESTIMADO)				3.997,01
TOTAL DOS CRÉDITOS				47.964,22

Demanda/ origem	Combustível/Lubrificante	Valor da Cota (R\$)	Quantidade Vereadores	Meses	Valor Global Máximo (R\$)
Demanda CEAPM	Combustíveis/Lubrificantes	2.000,00	15	12	360.000,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA ADMITIDA (1%)					3.600,00
MÉDIA MENSAL DOS CRÉDITOS (ESTIMADO)					30.300,00
TOTAL DOS CRÉDITOS					363.600,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

O serviço de administração e gerenciamento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes destinados aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, encontra-se detalhado no catálogo nacional sob o CATSER 25372.

II – OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação tem por objetivo garantir a eficiência, transparência e segurança na aquisição de combustíveis e lubrificantes para a operação dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, assegurando o cumprimento das atividades administrativas e legislativas, bem como das necessidades decorrentes da Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar Municipal (CEAPM), conforme estipulado pela Lei Municipal nº 3.475/2023 e suas atualizações.

Esta contratação é essencial para a execução das atividades finalísticas e administrativas do Poder Legislativo Municipal, garantindo conformidade com as regulamentações governamentais vigentes e eficiência operacional nas atividades que demandam o uso de combustíveis e lubrificantes.

O objeto guarda sintonia com o PPA, conforme previsão orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 18002 – Câmara Municipal de Belo Jardim
Órgão orçamentário: 1000 – Câmara Municipal de Belo Jardim
Unidade orçamentária: 1003 – Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara
Função: 1 – Legislativo
Subfunção: 31 – Ação Legislativa
Programa: 1 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO
Ação: 2.23 – Gestão Administrativa do Poder Legislativo
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

III – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Demanda Administrativa:

A demanda administrativa visa garantir a continuidade dos serviços públicos prestados pela Câmara Municipal de Belo Jardim, assegurando a disponibilidade constante de combustíveis e lubrificantes necessários para a operação dos veículos oficiais. Estes veículos são essenciais para o desempenho das atividades administrativas e operacionais da Câmara, como deslocamentos para eventos oficiais, visitas a comunidades, fiscalização de obras, reuniões externas, entre outras atividades que exigem mobilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

A contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes é justificada pela necessidade de garantir eficiência operacional, segurança nas operações, e controle rigoroso sobre o consumo. Mais a mais, a opção pelo gerenciamento de créditos permite a centralização do controle, a redução de custos operacionais e a minimização de fraudes, além de assegurar a conformidade com as diretrizes legais e administrativas.

Demanda CEAPM:

A demanda para a Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar Municipal (CEAPM) é estabelecida pela Lei Municipal nº 3.475/2023 e visa cobrir despesas relacionadas ao uso de combustíveis e lubrificantes pelos parlamentares no exercício de suas atividades legislativas. Essa cota é fundamental para garantir que os vereadores disponham dos recursos necessários para desempenhar suas funções de forma eficiente, incluindo participação em reuniões, eventos, visitas às comunidades que representam, e outras atividades inerentes ao mandato parlamentar.

A contratação de empresa especializada para o gerenciamento de créditos de combustíveis e lubrificantes para a CEAPM é justificada pela necessidade de garantir a transparência e o controle no uso dos recursos públicos, prevenindo abusos e desvios, e assegurando que os créditos sejam utilizados de forma correta e conforme as finalidades estabelecidas pela legislação municipal. Lado outro, a solução proposta possibilita a geração de relatórios detalhados e auditáveis, contribuindo para o acompanhamento e a fiscalização eficaz das despesas públicas.

IV – FUNDAMENTO LEGAL E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

O termo de referência como instrumento que balizará futura contratação pública, segue os ditames das seguintes normas:

1 – Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

2 – Resolução Legislativa nº 006, de 01 de novembro de 2023, que *Dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco*, disponível em: <https://transparencia.belojardim.pe.leg.br/sistema/uploads/resolucoes/1699276723dbf20bcafb85f877bd51.pdf>

3 – Resolução Legislativa nº 008, de 13 de dezembro de 2023, que *Dispõe sobre a regulamentação, atuação dos Agentes de Contratação, da Equipe de Apoio, Comissão de Contratação e dos Pregoeiros, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021*, disponível em:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

<https://transparencia.belojardim.pe.leg.br/sistema/uploads/resolucoes/1703680504eea3766b31f0314eb80f.pdf>

4 – Resolução Legislativa nº 010, de 13 de dezembro de 2023, que *dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de Pesquisa de Preços, no âmbito do Poder Legislativo Municipal*, disponível em: <https://transparencia.belojardim.pe.leg.br/sistema/uploads/resolucoes/170368084775050dc62c97e279d2a3.pdf>

5 – Resolução Legislativa nº 017, de 21 de dezembro de 2023, que *dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e Sociedades Cooperativas de Consumo nas Contratações Públicas de Bens, Serviços e Obras no âmbito da Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco*, disponível em: <https://transparencia.belojardim.pe.leg.br/sistema/uploads/resolucoes/170500726951065c08ec8a274a8caf.pdf>

V - MODALIDADE DE CONTRAÇÃO PÚBLICA ESCOLHIDA:

A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório é justificada por diversos fatores, alinhados com as diretrizes do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Primeiramente, o Pregão Eletrônico promove maior transparência e competitividade, permitindo a participação de um número mais amplo de fornecedores em âmbito nacional, o que tende a resultar em melhores preços e condições contratuais para a administração pública. A modalidade eletrônica também proporciona um ambiente mais seguro e rastreável para a condução do processo licitatório, permitindo um acompanhamento em tempo real por todas as partes interessadas, o que assegura maior controle e conformidade com as normas legais vigentes.

Além disso, o Pregão Eletrônico proporciona celeridade ao processo de contratação, reduzindo os prazos para a realização do certame e a assinatura do contrato. Esta celeridade é essencial no contexto da administração pública, especialmente para a contratação de serviços essenciais, como o gerenciamento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes, que garantem a continuidade das atividades operacionais e legislativas da Câmara Municipal de Belo Jardim.

A escolha desta modalidade também se justifica pela necessidade de garantir eficiência na utilização dos recursos públicos, conforme indicado no Estudo Técnico Preliminar (ETP). O uso do Pregão Eletrônico favorece a adoção de práticas de governança pública recomendadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece o pregão, preferencialmente na forma eletrônica, como a modalidade padrão para contratações de bens e serviços comuns, promovendo maior eficiência, competitividade, transparência e controle nos processos de contratação pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Por fim, a modalidade eletrônica é particularmente pertinente para esta contratação, pois permite a inclusão de fornecedores de diversas regiões, assegurando ampla competição e, conseqüentemente, a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, em conformidade com os princípios da economicidade, isonomia e eficiência.

VI – CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

O critério de julgamento será o “**Menor Preço Global**”, considerando o valor total para a prestação dos serviços de administração e gerenciamento de créditos, incluindo a taxa de administração, impostos, encargos e quaisquer outros custos envolvidos.

A taxa de administração, para o certame, será fixada em um percentual **máximo de 1% (um por cento)** sobre o valor total estimado da contratação para o início da disputa no certame.

Durante a fase de lances do Pregão Eletrônico, os participantes poderão ofertar taxas de administração inferiores, incluindo taxas negativas, conforme autorizado no presente Termo de Referência e no ETP. A proposta de taxa negativa implica que o fornecedor estará oferecendo um desconto sobre o valor total estimado da contratação, resultando em uma economia adicional para a administração pública.

Ao final da disputa, a proposta vencedora será aquela que, atendendo a todas as exigências técnicas e administrativas, apresentar o menor custo final para a administração pública, levando em consideração a taxa de administração proposta.

Para garantir a transparência e a competitividade do processo, todos os lances e ofertas deverão ser registrados no sistema eletrônico, permitindo o acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

A avaliação das propostas levará em conta não apenas o preço, mas também a conformidade com os requisitos técnicos e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência. Propostas que não atendam integralmente a esses requisitos serão desclassificadas, independentemente do preço ofertado.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos na legislação vigente, dando-se preferência, sucessivamente, às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006.

A proposta vencedora deverá ser formalizada por meio de ata, na qual constarão todos os detalhes da oferta e das condições de prestação dos serviços. Esta ata será assinada pelo pregoeiro e pelo representante legal da empresa vencedora, oficializando o resultado do Pregão Eletrônico.

VII – QUANTITATIVOS E VALORES:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Demanda Administrativa:

Os valores estimados para a demanda administrativa foram calculados com base no consumo histórico dos veículos oficiais e à disposição por locação ou comodato da Câmara Municipal de Belo Jardim.

Foram considerados os preços máximos admitidos de cada tipo de combustível no âmbito do Estado de Pernambuco, conforme registro do Levantamento [de Preços da ANP no período de 05/04/2026 a 11/04/2026](#), os quais por sua vez foram multiplicados pelo registro da demanda em litros dos anos anteriores, redundando na seguinte demanda segregada:

Gasolina Comum
Quantidade Total: 5.366,25 litros
Valor Unitário Máximo: R\$ 7,99
Valor Global Máximo: R\$ 42.876,33
Etanol Hidratado
Quantidade Total: 700 litros
Valor Unitário Máximo: R\$ 6,59
Valor Global Máximo: R\$ 4.613,00
Total Estimado da Demanda Administrativa: R\$ 47.489,33

Demanda CEAPM:

Para a execução da Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar Municipal (CEAPM), os valores estimados foram determinados com base na legislação específica que regulamenta a CEAPM, porquanto levando em conta o valor máximo mensal disponível para cada parlamentar, qual seja o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme disposições da Lei Municipal nº 3.774/2026, que atualizou a redação da Lei Municipal nº 3.475/2022.

Combustíveis/Lubrificantes
Valor da Cota Mensal: R\$ 2.000,00 por vereador
Quantidade de Vereadores: 15
Período: 12 meses
Valor Global Máximo: R\$ 360.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

O conjunto das demandas, administrativa e de execução da CEAPM, segue detalhada na seguinte planilha:

Demanda	Combustível/Lubrificante	Quantidade Total (Litros)	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Global Máximo (R\$)
Demanda Administrativa	Gasolina Comum	5.366,25	7,99	42.876,33
	Etanol Hidratado	700	6,59	4.613,00
Total Geral				47.489,33
Demanda CEAPM	Combustíveis/Lubrificantes	-	-	360.000,00
Total Geral				407.489,33

- Demanda Administrativa: Refere-se ao consumo de combustíveis para os veículos oficiais e aqueles à disposição por locação ou comodato.
- Demanda CEAPM: Refere-se ao consumo de combustíveis e lubrificantes para os gabinetes parlamentares, conforme Lei Municipal nº 3.475/2023, com redação atualizada pela Lei Municipal nº 3.774/2026.

VIII – FORMAÇÃO DO PREÇO:

A taxa de administração será o critério utilizado para a classificação das propostas, devendo os lances considerar todos os custos envolvidos, incluindo impostos, fretes, seguros, encargos sociais, fiscais e trabalhistas.

Exemplos de lances:

Valor Global Estimado (R\$)	Taxa de Administração	Valor Proposto (R\$)
407.489,33	1% (4.074,89)	411.564,22
407.489,33	0% (0,00)	407.489,33
407.489,33	-1% (-4.074,89)	403.414,44

OBS: Em atenção a determinação constante do Acórdão TCE/PE 1.350/2019, serão aceitos lances com taxas negativas.

A taxa de administração máxima admitida será de **1%** sobre o valor total estimado da contratação, com possibilidade de propostas de taxas inferiores, inclusive negativas, conforme autorizado no presente Termo de Referência e no ETP, redundando, enquanto limite máximo, nos seguintes valores de taxa de administração:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Taxa de Administração Máxima sobre Demanda Administrativa: R\$ 474,89

Taxa de Administração Máxima sobre Demanda CEAPM: R\$ 3.600,00

Valor Total das Taxas de Administração: R\$ 4.074,89

Ao final dos lances, a licitante vencedora deverá informar em sua proposta o percentual referente à Taxa de Administração proposta, que culminou no valor apresentado.

IX – REDE CREDENCIADA EXIGIDA – DEMAIS REQUISITOS TÉCNICOS:

1. REDE CREDENCIADA EXIGIDA:

Para garantir a eficácia e a eficiência do fornecimento de combustíveis, a empresa contratada deverá apresentar uma rede de estabelecimentos credenciados que atenda às necessidades da Câmara Municipal de Belo Jardim. Para tanto devem ser observados os seguintes requisitos mínimos:

I - Abrangência Geográfica: A rede de estabelecimentos credenciados deve cobrir, no mínimo, a área territorial do Município de Belo Jardim. A presença de postos de combustíveis deve ser distribuída de maneira a garantir fácil acesso para o abastecimento dos veículos oficiais e aqueles utilizados pelos parlamentares.

II - Quantidade Mínima de Postos: A rede deve incluir pelo menos 03 (três) postos de combustíveis credenciados dentro do município. Esses postos devem estar estrategicamente localizados para atender tanto às necessidades administrativas quanto às dos parlamentares de forma eficiente.

III - Critérios de Qualificação Técnica: Os postos credenciados devem possuir infraestrutura adequada para atender às demandas de abastecimento, incluindo:

- a) Equipamentos de medição e bombas de combustível calibradas e certificadas;
- b) Sistema de controle de abastecimento informatizado que permita a rastreabilidade das operações; e
- c) Capacidade de fornecer combustíveis dentro dos padrões de qualidade exigidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

IV - Documentação e Certificações: Os postos credenciados devem apresentar a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e ambiental. Além disso, devem possuir certificações que atestem a qualidade dos combustíveis fornecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

2. SEGURANÇA DO FORNECIMENTO

O sistema deverá garantir a otimização e homogeneização informatizada das operações com controle efetivo sobre todas as transações, dentre eles, exemplificativamente:

- I - Controle efetivo de todas as transações;
- II - Emissão de cartões personalizados com elementos de segurança;
- III - Processamento automático das operações; e
- IV - Relatórios detalhados de uso e monitoramento em tempo real.

3. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO

O sistema permitirá o processamento automático das informações das operações realizadas, viabilizará o pagamento junto aos estabelecimentos credenciados e bloqueará a transferência de créditos não utilizados durante o mês.

A rede de estabelecimentos deverá estar equipada para aceitar transações com os documentos de legitimação dos usuários do sistema.

A solução proposta deverá permitir a informatização dos dados de identificação do usuário do cartão e respectiva lotação, datas e horários, local de consumo, a fim de verificar a correta utilização do benefício.

4. PRAZO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de implantação do sistema, treinamento e liberação da rede credenciada será de até 10 (dez) dias úteis, conforme cronograma acordado entre a vencedora e a Câmara Municipal de Belo Jardim.

O objetivo do plano de implantação é garantir que o sistema de administração e gerenciamento de fornecimento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes seja implementado de forma eficiente e eficaz, atendendo a todas as especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

A implantação deverá ser concluída, conforme o seguinte cronograma:

Atividade	Responsável	Prazo
Reunião Inicial	Contratada	1º dia útil
Configuração e customização	Contratada	2º ao 4º dia útil
Treinamento de usuários	Contratada	5º ao 6º dia útil



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Testes do sistema	Contratada	7º ao 8º dia útil
Implantação e Início de Operação	Contratada	9º ao 10º dia útil

5. DO QUANTITATIVO DE CARTÕES

Para a execução da demanda administrativa, o quantitativo de usuários será de 03 (três), sendo 01 (um) cartão para cada veículo, mas, pode ser acrescido na hipótese de vinculação de novos veículos para atendimento da demanda administrativa.

Para a execução da CEAPM, o quantitativo de usuários será de 30 (trinta), com um máximo de 2 cartões por gabinete parlamentar, distribuído conforme determinação do usuário.

6. RELAÇÃO DE VEÍCULOS VINCULADOS À DEMANDA ADMINISTRATIVA

ITEM	VEÍCULO/MODELO	FABRICANTE	ANO	PLACA
1	ONIX PLUS 1.0T	CHEVROLET	2019 / 2020	QYG8E83
2	CG 125I FAN	HONDA	2016 / 2017	PDM0222

X – PLANO DE SUSTENTABILIDADE E IMPACTO AMBIENTAL:

A empresa contratada deverá adotar práticas sustentáveis e minimizar os impactos ambientais de suas operações, garantindo conformidade com as normas ambientais vigentes.

As políticas de sustentabilidade devem incluir, dentre outras:

I - Uso de combustíveis de melhor qualidade que resultem em menores emissões de poluentes;

II - Manutenção preventiva dos veículos para máxima eficiência e mínima emissão;

III - Diretrizes para o uso racional de combustíveis; e

IV - Monitoramento regular das emissões e programas de educação ambiental para os funcionários.

XI – PLANO DE CONTINGÊNCIA E CONTINUIDADE:

A empresa contratada deve adotar estratégias de mitigação para falhas no sistema, falta de abastecimento dos seus credenciados, flutuações de preços e não conformidade ambiental, incluindo:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

I - Falha no Sistema de Gestão de Créditos: Manutenção preventiva, backups diários e suporte técnico 24 horas por dia, de domingo a domingo, para assegurar a continuidade das operações sem interrupções;

II - Falta de Abastecimento: Contratos com múltiplos fornecedores, monitoramento contínuo do estoque de combustíveis e redirecionamento imediato para postos alternativos em caso de escassez;

III - Flutuações Severas nos Preços dos Combustíveis: Estabelecimento de cláusulas contratuais de preços fixos, sempre que possível, e negociação emergencial para ajustes de preços; e

IV - Conformidade Ambiental: Realização de auditorias periódicas para verificar a conformidade com as normas ambientais e substituição de fornecedores que não atendam aos requisitos estabelecidos.

XII – CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E INDICADORES DE QUALIDADE:

Os principais indicadores de desempenho para a avaliação dos serviços prestados incluem:

I - Índice de Atendimento: Percentual de transações aprovadas em relação ao total de tentativas de uso do crédito de combustível;

II - Índice de Satisfação: Avaliação periódica dos usuários (vereadores e motoristas) sobre a qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada;

III - Tempo de Resposta: Tempo médio para a resolução de problemas técnicos e operacionais reportados pelos usuários;

IV - Relatório Mensal de Performance: Incluindo a quantidade de créditos utilizados, volume de combustíveis adquiridos, frequência de uso dos postos credenciados, e identificação de anomalias no consumo; e

V - Relatório Trimestral de Performance: Análise detalhada do uso de créditos e combustíveis, apontando possíveis melhorias e ajustes necessários na gestão dos recursos.

XIII – TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:

A empresa contratada deve utilizar soluções tecnológicas avançadas para a administração e gerenciamento de créditos, incluindo:

I - Aplicativos Móveis: Desenvolvimento de um aplicativo mobile para que os usuários possam acompanhar em tempo real o saldo de créditos, os locais de abastecimento credenciados e o histórico de consumo;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

II - Integração de Sistemas: Integração do sistema de gerenciamento de créditos com os sistemas existentes na Câmara Municipal de Belo Jardim para otimização dos processos administrativos; e

III - Ferramentas de Melhoramento Contínuo: Uso de ferramentas analíticas para promover a melhoria contínua dos serviços e adaptação às tendências emergentes do setor.

XIV – TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO:

A empresa contratada deverá oferecer um plano completo de treinamento e capacitação para todos os funcionários da Câmara Municipal de Belo Jardim envolvidos na operação do sistema de gerenciamento de créditos, incluindo:

I - Sessões Iniciais e Periódicas de Treinamento: Treinamento abrangente inicial e sessões periódicas de reciclagem para garantir que todos os usuários compreendam e utilizem corretamente o sistema;

II - Suporte Técnico 24 horas, sete dias por semana: Disponibilidade de suporte técnico constante para resolução de dúvidas e problemas operacionais; e

III - Materiais Didáticos: Fornecimento de manuais de uso, perguntas frequentes (FAQs) e recursos de aprendizagem adicionais, como webinars e workshops.

XV – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. Objetivo do Modelo de Gestão: O objetivo do modelo de gestão do contrato é assegurar que a execução dos serviços contratados ocorra de forma eficiente, eficaz e em conformidade com os termos estabelecidos no contrato, garantindo a satisfação das necessidades da Câmara Municipal de Belo Jardim.

2. Estrutura de Gestão do Contrato: A gestão do contrato será realizada por meio de uma estrutura organizacional clara e definida, composta pelos seguintes elementos:

I - Gestor do Contrato:

Responsável pela supervisão geral do contrato, incluindo a coordenação das atividades de execução, monitoramento do desempenho da contratada e resolução de problemas. Atua como ponto de contato principal entre a Câmara Municipal de Belo Jardim e a contratada.

II - Fiscal do Contrato:

Responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, garantindo que todos os termos contratuais sejam cumpridos.

Realiza inspeções regulares e documenta as atividades realizadas pela contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

III – Equipe de Apoio:

Composta por membros designados pela Câmara Municipal de Belo Jardim para auxiliar o Gestor e o Fiscal do Contrato nas atividades de monitoramento e fiscalização.

3. Processos de Gestão do Contrato:

I - Planejamento:

Elaboração de um plano de gestão do contrato, detalhando as atividades, responsabilidades e cronogramas de execução.

Definição dos indicadores de desempenho e critérios de avaliação da contratada.

II - Monitoramento e Controle:

Acompanhamento contínuo das atividades realizadas pela contratada, utilizando relatórios de progresso e indicando providências ou retificações para melhoria dos serviços e agilização da demanda.

4. Agentes Públicos Responsáveis:

Diante da conscrição organizacional da Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco, e pelos proclames legais oriundos da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se como autoridade máxima de todos os atos administrativos o Vereador Presidente, o senhor Jonas Chagas Torres, matrícula nº 687.

Quanto a gestão das demandas, concentra-se na Secretaria Legislativa, na pessoa do servidor Helder Pereira Cavalcanti, matrícula nº 1434.

Quanto ao desenvolvimento dos procedimentos e processos de contratações públicas, por força da Portaria Legislativa nº 282/2025, estão designados como agentes de contratações os servidores: Anália Cândida Rodrigues Silva Espindola, matrícula nº 703; James Alan Leite Lira, Matrícula nº 7676; Juliano Julielson da Silva, matrícula nº 7671; e Matheus Cordeiro Oliveira, matrícula nº 716, que poderão funcionar como autoridades instrutoras, mediante designação da autoridade máxima do órgão.

5. Fiscalização Contratual:

No curso da execução da prestação dos serviços, caberá a Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos serviços prestados a serem entregues.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

A execução do contrato oriundo do presente Processo Licitatório será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela autoridade máxima do órgão, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

A fiscalização exercida não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da empresa contratada, inclusive por danos que possam ser causados à Câmara Municipal de Belo Jardim ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da empresa contratada na execução do contrato.

O servidor referido anotar, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

Auditorias poderão ser realizadas a qualquer momento da contratação, ficando cientes e obrigados todos os envolvidos na contratação pública a prestar as informações solicitadas pelos órgãos de controle interno/externo nos prazos e moldes requeridos.

As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Antes do pagamento da nota fiscal, deverá ser verificada a conformidade dos serviços prestados com aqueles constantes do plexo de ordens de serviço que culminou na emissão da respectiva nota fiscal, ainda serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); a Certidões de Regularidade Fiscal junto aos Fiscos Estadual e Municipal da sede da contratada.

XVI - BENEFÍCIOS PROJETADOS QUE JUSTIFICAM A CONTRATAÇÃO:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

A contratação dos serviços de administração e gerenciamento de fornecimento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes para a Câmara Municipal de Belo Jardim traz uma série de benefícios projetados, que incluem:

1. Eficiência Operacional:

Centralização do Gerenciamento: A administração centralizada dos créditos facilita o controle e o acompanhamento das despesas com combustíveis e lubrificantes, reduzindo a burocracia e aumentando a eficiência dos processos administrativos.

Automatização das Transações: O sistema informatizado permite o processamento automático das informações no momento da compra, otimizando o gerenciamento e evitando erros manuais.

2. Controle e Transparência:

Monitoramento em Tempo Real: A solução permite a informatização e o monitoramento em tempo real das transações, possibilitando o controle detalhado do consumo de combustíveis e a verificação da correta utilização do benefício.

Relatórios Detalhados: Geração de relatórios detalhados com dados de identificação do usuário, datas e horários, local de consumo, entre outros, que facilitam auditorias e inspeções.

3. Segurança:

Bloqueio de Transferências Indevidas: Especificamente em relação à execução da CEAPM o sistema bloqueia a transferência de créditos não utilizados de um mês para o outro, garantindo que os créditos sejam usados conforme planejado e evitando desvios.

Rede Credenciada: Utilização de uma rede credenciada de postos de combustíveis, assegurando a qualidade dos produtos e a confiabilidade dos fornecedores.

4. Economia:

Economia de Escala: A contratação de serviços em lote permite obter melhores condições comerciais, reduzindo os custos unitários de aquisição de combustíveis e lubrificantes.

Prevenção de Desperdícios: O controle rigoroso sobre as transações ajuda a evitar desperdícios e o uso indevido de recursos públicos.

5. Sustentabilidade:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Gestão Otimizada de Recursos: A solução proporciona uma gestão otimizada dos recursos, contribuindo para a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal ao assegurar que os gastos estejam alinhados com o orçamento aprovado.

6. Atendimento às Normas Legais:

Conformidade com a Lei Municipal: A contratação dos serviços está alinhada com a Lei Municipal nº 3.475, de 18 de janeiro de 2023, que regula a utilização de combustíveis no exercício das atividades parlamentares, garantindo que a Câmara Municipal atue de acordo com a legislação vigente, e quanto a demanda administrativa, se justifica pela própria essência da demanda.

XVII – DA VIGÊNCIA:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

XVIII – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

18.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo eles:

8.1.1. Exigir-se-á para fins de **habilitação jurídica:**

18.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

18.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

18.1.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

18.1.1.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

18.1.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

18.1.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

18.1.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.1.2. Exigir-se-á para fins de **regularidade fiscal e trabalhista**:

18.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

18.1.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

18.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 e (Inciso incluído pela Lei 12.440 de 2011) www.tst.gov.br, acompanhado da CENIT, Certidão Negativa de Infração Trabalhista, e em conjunto com a certidão de ações trabalhistas de jurisdição do estado da sede da licitante;

18.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.1.2.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (CRF) e **Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante;

18.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

18.1.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. A mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

18.1.3. Exigir-se-á para fins de **qualificação econômico-financeira**:

18.1.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da licitante, ou de seu domicílio OU, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à abertura desta sessão. A **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial deve ser emitida tanto para apuração dos processos físicos, como para os processos eletrônicos vinculados ao PJe, portanto, será necessária a apresentação de 02 (duas) certidões distintas, uma para processos físicos e outra para eletrônicos, sendo esta última apenas de 1º grau;**

a) A certidão de processos vinculados ao PJe somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede da licitante ou de seu domicílio contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos;

b) Em caso de Certidão Positiva com efeito de negativa, referente a processos eletrônicos (PJe), é necessário que o documento mencione se a licitante já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;

18.1.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, sendo o **Balanço Patrimonial 2023 (apresentado até 30 de abril de 2024 para as escriturações convencionais), e o Balanço Patrimonial 2023 (apresentado até o final de maio de 2024, na hipótese de empresas que comprovarem estar submetidas à Escrituração Contábil Digital – ECD), acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. A comprovação da boa situação financeira da licitante será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada

RUA AMÉLIA SOARES PAES, S/N - BELO JARDIM - PE

FONE: (81) 3726 1991 / 2614 – E-MAIL: CMBELOJARDIM@YAHOO.COM.BR

CNPJ 11.470.457/0001-86 - CEP 55157-300



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

habilitada a empresa que apresentar resultado igual ou superior a 1,0 (um), nos índices abaixo indicados:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	>
1	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	
SG =	Ativo Total	> 1
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	
LC =	Ativo Circulante	> 1
	Passivo Circulante	

a) Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem.

b) As microempresas ou as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento. Nas licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte, que gozar do privilégio da Lei Complementar 123/2006, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício fiscal, na habilitação.

c) Caso a empresa não ostente índices com resultado igual ou superior a 1,0 (um), admitir-se-á a comprovação da capacidade econômica através da **demonstração de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente**, através de Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou de declaração assinada pelo contador responsável, com firma reconhecida, dando conta de certificar a possibilidade de cumprimento da eventual obrigação assumida mesmo diante dos compromissos assumidos pela licitante e que importem diminuição da sua capacidade operativa ou absorção de sua disponibilidade financeira.

d) Empresas recém-constituída, que apresentarem Balanço Patrimonial de abertura registrado há mais de 03 (três) meses, NÃO estão dispensadas de apresentar os índices de LG, SG e LC, como um dos requisitos de demonstração de sua capacidade econômica; e àquelas que apresentarem balanço patrimonial de abertura registrado há menos de 03 (três) meses, deverão comprovar a qualificação econômico-financeira através da demonstração de que o capital social mínimo integralizado e atualizado perante a Junta Comercial seja de, no mínimo, 10% do valor estimado da contratação."



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

18.1.3.3. Para fins de comprovação dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

18.1.4. Exigir-se-á para fins de qualificação técnica:

18.1.4.1. Atestado(s) em nome da empresa proponente, como contratada principal, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante desempenhado atividade pertinente e compatível, em características e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à da presente licitação;

*Não serão considerados os atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, entendendo-se estas como aquelas que sejam controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que possua ao menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio desta. E também não serão admitidos atestados emitidos pelo próprio licitante em seu nome.

18.1.4.2. A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **devendo o atestado conter, preferencialmente, além do nome do atestante, seu CNPJ, endereço completo, telefone e afirmação de que a Empresa executou corretamente as atividades pertinentes, atendendo a todas as condições contratuais.** Não será aceito o Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa licitante.

18.1.4.3. Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão conter assinatura digital, através de certificado digital.

18.1.4.4. Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público que não contenham assinatura digital, através de certificado digital, **devem ser acompanhados de documentos que originaram tais atestados, tais como: Contrato de fornecimento, Nota de Empenho, e/ou Nota Fiscal, ou indicação expressa do link onde as informações podem ser acessadas.**

18.1.4.5. Apresentação da rede de estabelecimentos credenciados pela licitante para Cartão Combustível, os quais devem cobrir a área territorial do município de Belo Jardim, contendo razão social, endereço e telefone de cada estabelecimento, sendo pelo menos 03 (três) postos credenciados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

XIX - RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

A) OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado de acordo com as cláusulas do contrato ou outros instrumentos hábeis;

II - Garantir que os pagamentos sejam realizados dentro do prazo estabelecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal e após a verificação da regularidade dos serviços prestados;

III - Disponibilizar à contratada todas as informações, recursos e condições necessárias para a execução eficiente do objeto da contratação;

IV - Assegurar o acesso da contratada aos locais onde os serviços serão executados, facilitando a implantação e operação do sistema;

V - Notificar formalmente a contratada sobre qualquer irregularidade ou não conformidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços fornecidos;

VI - Exigir a correção imediata de qualquer problema identificado, sem eximir a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

VII - Requisitar mensalmente os créditos necessários para a aquisição de combustíveis, conforme as necessidades operacionais e de acordo com o plano de consumo estabelecido;

VIII - Efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos no contrato, garantindo a liquidação das faturas dentro do prazo estabelecido;

IX - Designar um gestor de contrato responsável pelo acompanhamento e fiscalização contínua da execução dos serviços;

X - Realizar inspeções periódicas e manter registros detalhados de todas as atividades relacionadas ao contrato;

XI - Providenciar reuniões periódicas com a contratada para avaliar o desempenho e resolver eventuais problemas ou dúvidas.

B) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Fornecer os cartões magnéticos para a aquisição de combustível mediante disponibilização dos valores em base de dados, conforme solicitação prévia da CONTRATANTE;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

II - Fornecer os cartões magnéticos e respectivas senhas no momento da assinatura do contrato ou no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em caso de emissão de novos cartões solicitados pela CONTRATANTE, devidamente identificados com a inscrição “Câmara Municipal de Belo Jardim” e respectivo número de registro, conforme modelo padrão da CONTRATADA, apresentado junto à sua proposta de preços;

III – Segregar o sistema e os cartões, para emissão de relatório individualizados de acompanhamento da demanda administrativa e da demanda de execução da CEAPM;

IV - Providenciar para que os estabelecimentos conveniados forneçam aos usuários o combustível mediante o recebimento dos créditos;

V - Fiscalizar os estabelecimentos conveniados no tocante aos padrões de segurança e qualidade estabelecidos pela legislação em vigor;

VI - Indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;

VII - Manter, durante a execução do contrato, a rede de estabelecimentos conveniados apresentada na proposta, ou informar, prévia e justificadamente, os eventuais descredenciamentos à CONTRATANTE, a qual poderá questionar a viabilidade da manutenção do contrato, sem direito a indenização para a CONTRATADA;

VIII - Fornecer, trimestralmente, lista atualizada da rede credenciada para os serviços;

IX - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

X - Manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;

XI - Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução; e

XII - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

XX - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

Na presente licitação será dado tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

consonância com o caput do art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

À vista disso, será dada prioridade na contratação de empresas enquadradas como ME e EPP e EQUIPARADAS, sediadas regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, onde o limite será verificado após a fase de lances verbais, nos termos do Art. 48, §3º da Lei Complementar nº 123/2006, e a Resolução Legislativa nº 017/2023.

XXI - CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

1. PODERÃO PARTICIPAR DA DISPUTA:

Qualquer pessoa jurídica, esteja ou não enquadrada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Microempreendedor individual, por não se tratar de procedimento de compra exclusiva nos moldes do art. 48, da Lei Complementar 123/2006.

Ainda, eles devem atender quesitos estatuídos nos artigos 67 e 69, da Lei 14.133/21, quanto a qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, servindo como documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades.

2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA DISPENSA OS FORNECEDORES/PRESTADORES:

I - Aqueles que não atendam às condições do Edital de Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

II - Os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

III - Aqueles que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

h) Sociedades cooperativas.

IV - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

V - Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao prestador que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do prestador/fornecedor.

VI - Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

VII - Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

XXII - METODOLOGIA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado.

No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação, que comprove o atendimento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 30 (trinta) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

XXIII – CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, LOCAL, PRAZOS E GARANTIAS:

A contratação perquirida será iniciada imediatamente após a convocação por parte da contratante, e deverá ser prestado integralmente conforme disposições contidas neste termo de referência.

Os serviços contratados serão executados no endereço principal da Câmara Municipal de Belo Jardim – PE, assim considerando a disponibilização, mesmo que a distância, da ferramenta de gestão e controle contratada.

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

Início: 10º (décimo) dia útil;

Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

A contratada garantirá durante toda a vigência contratual a usabilidade do sistema nos moldes rogados neste termo, assumindo a responsabilidade pela assistência e manutenção do produto, garantindo o seu pleno funcionamento.

XXIV- RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

O Vereador Presidente da Câmara Municipal de Belo Jardim, Pernambuco, munido dos poderes conferidos pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno, é a autoridade competente para exarar o ato de autorização do início da prestação de serviço ora perseguida.

XXV - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante depósito bancário ou transferência online, em conta corrente da CONTRATADA, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, a cada 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal em nome da CONTRATANTE, e após o atesto de sua regular prestação.

O pagamento será efetuado após a verificação da Regularidade Fiscal da Contratada, por meio de consulta on-line ao sistema, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Em caso de irregularidade junto aos recolhimentos fiscais, previdenciários e fundiária, a Câmara notificará a contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo, sem que haja a regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela contratante, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de Cláusula Contratual, estará o Contrato passível de rescisão e a contratada sujeita às sanções administrativas e judiciais previstas neste Edital.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual, atraso do pagamento dos salários e recolhimento dos respectivos encargos sociais.

Para efeito e correção de valores, acréscimos ou decréscimos, o presente será regido pelo Artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

A nota fiscal não aceita pela contratante será devolvida à contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

A devolução da nota fiscal não aprovada pela contratante não servirá de motivo para que a contratada suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

A contratante poderá sustar o pagamento e aplicar multa sobre qualquer nota fiscal apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução defeituosa dos serviços;
- b) descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados;
- c) débito da contratada com a câmara, proveniente da execução do contrato decorrente da contratação pública;
- d) não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a contratada atenda a Cláusula infringida;
- e) obrigações da contratada com terceiros que, eventualmente possam prejudicar a contratante e,
- f) paralisação dos serviços por culpa da contratada.

XXVI - SANÇÕES

O descumprimento, por parte da contratada, de qualquer das normas do procedimento de contratação, contratuais e ou das diretrizes (Termo de Referência e normas de acompanhamento contratual) implicará na aplicação de penalidade, consistente em multa, rescisão contratual e as previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XXVII - PUBLICIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

A contratação perquirida deverá ter sua intenção formalizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e disponibilizada para concorrência através da plataforma Licitanet.

Desta feita, a contratação pública levada à homologação pela autoridade competente, surtirá os efeitos contratuais subsequentes, aperfeiçoado em instrumento de estilo que deverá ser formalizado no máximo 05 (cinco) dias após a homologação do resultado do Pregão Eletrônico.

O instrumento contratual afeiçoado deve ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizado no portal da transparência mantido pela edilidade, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

XXVIII – DISPOSIÇÕES GERIAS:

A contratação desse serviço não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores, pelas disposições do Código Civil, inclusive para cumprimento dos atos, satisfação de débitos judiciais e ressarcimentos advindos do contrato.

XXIX - ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, estando este adequado ao que dispõe a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

Belo Jardim – PE, 15 de abril de 2026.

HELDER PEREIRA CAVALCANTI

Secretário Legislativo
Matrícula nº 1434

Ciente da necessidade da contratação em tela e das informações prestadas, aprovo o Termo de Referência.

JONAS CHAGAS TORRES

Presidente da Câmara Municipal de Belo Jardim – PE



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

AO

PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo Administrativo nº 004/2026

Apresentamos nossa proposta de preço, em 1 (uma) via, para a “**administração e gerenciamento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes destinados aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, abrangendo tanto a demanda administrativa quanto a execução da Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar Municipal (CEAPM), conforme estipulado pela Lei Municipal nº 3.475, de 18 de janeiro de 2023, com redação atualizada pela Lei Municipal nº 3.774/2026, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do ANEXO I, que integra o EDITAL do certame epigrafado, consistindo no seguinte:**

Item	Valor Global Estimado	Taxa de Administração Proposta	Valor Proposto
1 - Demanda Administrativa	R\$ 47.489,33	__% (____)	R\$ ____ (____)
2 - Demanda CEAPM	R\$ 360.000,00	__% (____)	R\$ ____ (____)

I - O valor global da proposta para o item 1 (Demanda Administrativa) é de R\$ ____ (____);

II - O valor global da proposta para o item 2 (Demanda CEAPM) é de R\$ ____ (____);

III - A Taxa de Administração considerada na proposta foi de __%.

IV- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

V - Prazo de início dos serviços: Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato e, depois desse, imediatamente após a solicitação formal do(s) órgão(s) licitantes.

VI - Declaramos que no preço apresentado estão ainda incluídos:

- a) Os valores dos materiais, matérias-primas, mão-de-obra, treinamento básico operacional, frete, transporte e equipamentos e afins fornecidos, acrescidos de todos os respectivos encargos sociais;

RUA AMÉLIA SOARES PAES, S/N - BELO JARDIM - PE
FONE: (81) 3726 1991 / 2614 – E-MAIL: CMBELOJARDIM@YAHOO.COM.BR
CNPJ 11.470.457/0001-86 - CEP 55157-300



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
PODER LEGISLATIVO
CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- b) Taxa de administração, emolumentos, quaisquer despesas operacionais e outros encargos;
- c) Todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, bem como demais encargos, se exigidos na forma da lei, tais como: horas extras e adicionais noturnos de profissionais, auxílio alimentação, transporte, inclusive sob a forma de auxílio-transporte, transporte local, entre outros;
- d) Despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e
- e) Quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos produtos, necessários à perfeita satisfação do objeto certame, de acordo com o estabelecido no Edital do procedimento em epígrafe.

VII - Declaramos que nos obrigamos a assinar, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da publicação da homologação no PNCP, ou ainda, da Convocação Administrativa, o Contrato que faz parte do Edital;

VII - Declaramos ainda conhecer integralmente os termos do presente Edital e seus respectivos Anexos, aos quais nos sujeitamos.

_____, _____ de _____ de 2026.

(nome/cargo/razão social - legível)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM EA EMPRESA _____, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, o **CÂMARA MUNICIPAL BELO JARDIM**, com sede na Rua Amélia Soares Paes, s/nº, bairro Centro, Município de Belo Jardim-PE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.470.457/0001-86, neste ato representado por seu Presidente, o Exmo. Sr. **JONAS CHAGAS TORRES**, brasileiro, vereador, portador da cédula de identidade RG nº 5.██.763 - SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 007.42██.██-54, residente e domiciliado na Rua Manoel Gomes do Nascimento, nº 104, bairro Pontilhão, CEP 55.157-520, Município Belo Jardim, Estado de Pernambuco, doravante denominada simplesmente **CÂMARA/CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante aqui denominada apenas **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, (especificações), inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, considerando o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, bem como a adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico nº 001/2026, Processo Administrativo nº 004/2026, têm entre si justo e avençado a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a **prestação de serviços de administração e gerenciamento de créditos para a aquisição de combustíveis e lubrificantes, visando atender as necessidades dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Belo Jardim, bem como aqueles disponíveis por locação ou comodato**, conforme especificações, quantidades e valores constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação e na Proposta de Preços da CONTRATADA, que são partes integrantes deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, caso haja dotação orçamentária, saldo financeiro disponível, e conveniência administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Pelo fornecimento dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal estimado de R\$ _____ (_____) para o item 1 (Demanda Administrativa), correspondente aos créditos utilizados pelos usuários dos cartões, com adição/subtração da taxa de administração fixada em ____%, conforme estabelecido no edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

e/ou

Pelo fornecimento dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal estimado de R\$ _____ (_____) para o item 2 (Demanda CEAPM), correspondente aos créditos utilizados pelos usuários dos cartões, com adição/subtração da taxa de administração fixada em __%, conforme estabelecido no edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026,

Item	Valor Global Estimado	Taxa de Administração Proposta	Valor Proposto
1 - Demanda Administrativa	R\$ 47.489,33	__% (____)	R\$ _____(_____)
2 - Demanda CEAPM	R\$ 360.000,00	__% (____)	R\$ _____(_____)

Subcláusula primeira - O pagamento dar-se-á mensalmente, de acordo com a comprovação da prestação dos serviços correspondentes a cada mês, e será efetuado até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencido, mediante a apresentação, pela empresa contratada, da nota fiscal devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.

Subcláusula segunda - O pagamento fica condicionado à apresentação pela a CONTRATADA ao Departamento Financeiro da CONTRATANTE, dos documentos abaixo relacionados, relativo ao mês anterior ao da prestação de serviços:

- a) Apresentação de documentação, que comprovem sua regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Guia de Recolhimento do ISS; e
- c) Apresentação de documentação, que comprovem sua regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, e inclusive GFIP (Previdência Social).

Subcláusula terceira - Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato, salvo no caso de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, garantindo o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante depósito bancário ou transferência online, em conta corrente da CONTRATADA, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, a cada 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal em nome da CONTRATANTE, e após o atesto de sua regular prestação.

Subcláusula primeira - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e propostas de preços, bem como da Nota de Empenho. Não serão aceitas notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

Subcláusula segunda - Em caso de atraso no pagamento por culpa do CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, calculados a partir da data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, atualizado pelo IGPM-DI da FGV acrescido de 0,5% (meio por cento) de juros de mora por mês ou fração.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos alocados para a execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 18002 - Câmara Municipal de Belo Jardim

Órgão orçamentário: 1000 - Câmara Municipal de Belo Jardim

Unidade orçamentária: 1003 - Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara

Função: 1 - Legislativo

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Programa: 1 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO

Ação: 2.23 - Gestão Administrativa do Poder Legislativo

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Subcláusula única - As despesas do ano subsequente serão submetidas à dotação orçamentária própria, prevista para o atendimento a presente finalidade, consignada na proposta orçamentária da CONTRATANTE para o exercício de 2027.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 O objeto deste contrato será recebido:

a) Provisoriamente: pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante atesto de recebimento em quantidade e especificações assinado pelo fiscal de contrato e pelo representante da empresa contratada.

b) Definitivamente: por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo ampla e prévia defesa em processo administrativo.

Subcláusula primeira - A inexecução total ou parcial, ou o atraso no cumprimento do objeto do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, acarretará a aplicação das seguintes cominações, que poderão ser aplicadas cumulativamente ou não:

I - Advertência;

II - Multa, nas seguintes situações:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

- a) Pelo atraso nos fornecimentos e início da prestação dos serviços, em relação ao prazo estabelecido pela Administração, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) Pela recusa em realizar o fornecimento e iniciar os serviços, caracterizada em 05 (cinco) dias após o vencimento do prazo estipulado, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Pela demora em substituir o fornecimento e/ou os serviços rejeitados ou corrigir as falhas nos mesmos; a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, correspondente a 2% (dois por cento) do valor do fornecimento/serviço recusado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor dos fornecimentos/serviços não substituídos/corrigidos;
- d) Pela recusa da contratada em corrigir as falhas nos fornecimentos/serviços, entendendo-se como recusa a correção não efetivada nos cinco dias que se seguirem a data da rejeição, correspondente a 10% (dez por cento) dos fornecimentos/serviços rejeitados; e
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição estabelecida na Lei Federal nº 14.133/2021, não previstas nas letras “a” a “d” acima, correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato para cada evento.

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Belo Jardim, pelo prazo de até 03 (três) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o contratante, pelos prejuízos ocasionados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Subcláusula segunda - A contratada estará sujeita as penalidades previstas nos incisos III e IV acima, quanto à prática das seguintes situações:

- a) Pelo descumprimento do prazo de prestação os serviços/fornecimento;
- b) Pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento objeto do contrato, caracterizando-se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e
- c) Pela não execução dos fornecimentos/serviços de acordo com as especificações e prazos estipulados neste contrato.

Subcláusula terceira - As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos cabíveis, observando na aplicação das sanções as seguintes diretrizes:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e,

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Subcláusula quarta - O contratante poderá descontar, dos pagamentos porventura devidos à contratada, as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.

Subcláusula quinta - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.

Subcláusula sexta - O valor da multa deverá ser recolhido à Tesouraria da Câmara Municipal de Belo Jardim, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação definitiva da penalidade.

Subcláusula sétima - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

Subcláusula oitava - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

I - Advertência por escrito;

II - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Município de Belo Jardim, pelo prazo de até 03 (três) anos; e

III- Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

Subcláusula nona - O valor pertinente às multas aplicadas, face ao provimento de recurso será devolvido.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do presente contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Subcláusula primeira - Inadimplemento imputável à contratada - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no artigo 137, incisos I a V e VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba à contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes em procedimento administrativo regular.

Subcláusula segunda - O presente contrato poderá ser rescindido consensualmente, mediante a ocorrência da hipótese prevista no inciso VIII do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula terceira - O contrato poderá ser rescindido de forma consensual, por acordo entre as



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração, na forma do artigo 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula quarta – Este contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da legislação processual vigente, conforme artigo 138, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula quinta – Quando a rescisão ocorrer com fundamento nos incisos V a VII do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Subcláusula sexta– A rescisão administrativa por ato unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada, na forma do artigo 138, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, e as previstas no termo de referência do edital, constituem obrigações da CONTRATADA:

5.1 - Fornecer os cartões magnéticos para a aquisição de combustível mediante disponibilização dos valores em base de dados, conforme solicitação prévia da CONTRATANTE;

5.2 - Fornecer os cartões magnéticos e respectivas senhas no momento da assinatura do contrato ou no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em caso de emissão de novos cartões solicitados pela CONTRATANTE, devidamente identificados com a inscrição “Câmara Municipal de Belo Jardim” e respectivo número de registro, conforme modelo padrão da CONTRATADA, apresentado junto à sua proposta de preços;

5.3 - Segregar o sistema e os cartões, para emissão de relatório individualizados de acompanhamento da demanda administrativa e da demanda de execução da CEAPM;

5.4 - Providenciar para que os estabelecimentos conveniados forneçam aos usuários o combustível mediante o recebimento dos créditos;

5.5 - Fiscalizar os estabelecimentos conveniados no tocante aos padrões de segurança e qualidade estabelecidos pela legislação em vigor;

5.6 - Indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;

5.7 - Manter, durante a execução do contrato, a rede de estabelecimentos conveniados apresentada na proposta, ou informar, prévia e justificadamente, os eventuais descredenciamentos à CONTRATANTE, a qual poderá questionar a viabilidade da manutenção do contrato, sem direito a indenização para a CONTRATADA;

5.8 - Fornecer, trimestralmente, lista atualizada da rede credenciada para os serviços;

5.9 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

5.10 - Manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;

5.11 - Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução; e

5.12 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Termo de Referência do edital:

6.1 - Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado de acordo com as cláusulas do contrato ou outros instrumentos hábeis;

6.2 - Garantir que os pagamentos sejam realizados dentro do prazo estabelecido, mediante a apresentação da Nota Fiscal e após a verificação da regularidade dos serviços prestados;

6.3 - Disponibilizar à contratada todas as informações, recursos e condições necessárias para a execução eficiente do objeto da contratação;

6.4 - Assegurar o acesso da contratada aos locais onde os serviços serão executados, facilitando a implantação e operação do sistema;

6.5 - Notificar formalmente a contratada sobre qualquer irregularidade ou não conformidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços fornecidos;

6.6 - Exigir a correção imediata de qualquer problema identificado, sem eximir a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

6.7 - Requisitar mensalmente os créditos necessários para a aquisição de combustíveis, conforme as necessidades operacionais e de acordo com o plano de consumo estabelecido;

6.8 - Efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos no contrato, garantindo a liquidação das faturas dentro do prazo estabelecido;

6.9 - Designar um gestor de contrato responsável pelo acompanhamento e fiscalização contínua da execução dos serviços;

6.10 - Realizar inspeções periódicas e manter registros detalhados de todas as atividades relacionadas ao contrato;

6.11 - Providenciar reuniões periódicas com a contratada para avaliar o desempenho e resolver eventuais problemas ou dúvidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução do contrato ficará a cargo do Fiscal de Contrato da Câmara Municipal de Belo Jardim, designado para este contrato, o Sr. _____, matrícula nº _____, cargo _____, e a Gestão do mesmo a cargo do servidor _____, matrícula nº _____, cargo _____.

Subcláusula Primeira - A fiscalização de que trata esta CLÁUSULA não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas e vícios, na ocorrência desse, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e propositos.

Subcláusula Segunda - A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte os fornecimentos, se considerados em desacordo ou insuficientes, devendo notificar a Contratada para sanar o vício no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do artigo 94, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A Contratada fica obrigada a manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicar-se-á a Lei 14.133/2021, com suas posteriores modificações, nos casos omissos do presente Contrato.

É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato o Foro da Comarca de Belo Jardim, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à Contratada, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Belo Jardim, 00 de mês de 2026.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
REPRESENTANTE: JONAS CHAGAS TORRES
PRESIDENTE / CONTRATANTE

CONTRATADA:
REPRESENTANTE: _____ | CPF.:

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

AO

PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo Administrativo nº 004/2026

1. DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu, (nome do representante legal da empresa), CPF nº. _____, identidade nº _____ - SSP/ , na qualidade de Sócio Gerente, legalmente habilitado a representar a empresa _____, DECLARO, pleno cumprimento dos requisitos de habilitação constantes no Edital do qual este anexo é parte integrante.

2. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A empresa _____, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta DECLARAR que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta dispensa de licitação.

3. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PESSOA DEFICIENTE/REABILITADO DA PREVIDÊNCIA

DECLARO (A), para os devidos fins, que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e prevista no Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021 e em outras normas específicas.

4. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO

DECLARO (A), para os devidos fins e sob penas da Lei, que não possuo vínculo no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de Agentes Públicos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município e Vereadores) e de servidores investidos em cargo de direção, chefia ou assessoramento, conforme Art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DECLARO AINDA, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo seu inteiro teor, estar ciente de que a falsidade nas informações acima



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

implicará nas penalidades prevista no Art. 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir os cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

5. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026: que a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, com sede à, em, não está impedida de participar em licitação ou de contratar com a Administração, assim como não foi declarada inidônea por qualquer órgão das Administrações Públicas da União, de Estados ou de Municípios, estando portanto, apta a contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; que comprometemo-nos a manter, durante toda a execução do prazo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação; que comprometemo-nos a cumprir os PRAZOS exigidos neste edital; que comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato; que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº. 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e seus Anexos.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável pela Empresa
RG e CPF
(Assinatura)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO V

CARTA DE CREDENCIAMENTO

AO

PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo Administrativo nº 004/2026

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu bastante Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto a Câmara Municipal de Belo Jardim-PE, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 001/2026, podendo para tanto usar dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local e data _____, _____/_____/2026.

(Assinatura do representante legal)

FIRMA RECONHECIDA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

AO

PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo Administrativo nº 004/2026

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ n.. sediada (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Eletrônico e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ___ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

AO

PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo Administrativo nº 004/2026

O signatário da presente, em nome da proponente declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 337-M da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

AO

PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo Administrativo nº 004/2026

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do Processo Administrativo nº 004/2026, Pregão Eletrônico sob nº 001/2026, instaurado pela Câmara Municipal de Belo Jardim, sob as penas da Lei, que se nossa empresa for declarada vencedora do(s) objeto(s), por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, que atende ao inciso VI, do artigo 14, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possuem em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente **DECLARAÇÃO**.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO IX

TERMO DE OPÇÃO PELO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

AO

PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo Administrativo nº 004/2026

Eu, _____, CPF nº. _____, Identidade nº _____ Expedida pelo(a) _____, na forma de Representante Legal da empresa _____, CNPJ/MF _____ declaro para fins de comprovação ao Processo Administrativo nº. 004/2026, pertinente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 001/2026, que não incidimos nas vedações impostas no § 4º e que atendemos às exigências dos incisos I e II, tudo do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, e que consequentemente a nossa empresa é considerada como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, conforme documentação comprobatória em anexo.

Local, __ de _____ de 2026.

ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

PODER LEGISLATIVO

CASA CUSTÓDIO FERREIRA MERGULHÃO

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTO

AO

PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo Administrativo nº 004/2026

A empresa _____, estabelecida no (endereço completo, telefone, e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº: _____, neste ato representada por _____, cargo, CPF SOB Nº _____, endereço _____, vem por meio desta **DECLARAR QUE:** A(s) proposta(s) econômica(s) apresentada(s) compreende(m) a integralidade dos custos necessários à execução do objeto licitado, inclusive aqueles relacionados à operacionalização do sistema de gerenciamento, rede credenciada, encargos administrativos, tributários e demais despesas inerentes à execução contratual, bem como ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____ (UF), _____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável pela Empresa
RG e CPF
(Assinatura)